

## **Alemanha: O SPD e a grande coalizão. *Porque entramos e o que deu errado nas eleições***

**Yesko Quiroga, Jean Tible (Ed.)**

**MAIO DE 2014**

- As eleições parlamentares alemãs de 22 de setembro de 2013 culminaram com a formação da terceira grande coalizão do pós-guerra entre os clássicos oponentes políticos do país, a CDU/CSU (Partido Democrata-Cristão e União Social-Cristã) e o SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha).
- Embora os resultados das eleições, pelo menos no caso da CDU/CSU, contradigam os analistas que há anos diagnosticam o fim dos grandes partidos populares, no caso do SPD assinalam a crise da socialdemocracia alemã. Para o SPD, os resultados das eleições representaram a segunda pior votação desde 1950.
- A coalizão entre o SPD e a CDU de 2005 a 2009 invisibilizou as conquistas políticas do partido e fortaleceu a posição da chanceler Merkel e de seu partido, que pôde contabilizar a seu favor os acertos políticos.
- O SPD realizou nos últimos anos um debate exaustivo interno sobre os erros da “guinada neoliberal” e condicionou a negociação a um novo acordo de coalizão a várias exigências programáticas e submeteu o resultado da negociação a um referendo dos militantes do partido. O contexto e as motivações para essa decisão se analisam em diversos artigos nessa edição de “Análise” da Fundação Friedrich Ebert no Brasil.

# Índice

---

■ Yesko Quiroga: Introdução: o mesmo erro de novo? O SPD e o poder.....	3
---	---

## O PORQUÊ DA GRANDE COALIZÃO

■ Niels Annen: Por que entramos?.....	4
■ Ernst Hillebrand: Desafios do novo governo alemão .....	9
■ Frank Decker e Eckard Jesse: Sem alternativas a uma grande coalizão?.....	16

## A CAMPANHA ELEITORAL

■ Christian Kellermann e Benjamin Mikfeld: Patriotismo da estabilidade <i>versus</i> justiça social: Discursos e estratégias de comunicação do governo e da oposição .....	18
■ Ernst Hillebrand: O Partido que não gosta do seu país?.....	22
■ Entrevista com Oskar Niedermayer: A campanha do SPD, a debilidade do Partido Verde e as precondições para uma coalizão com o Partido da Esquerda .....	24



## O mesmo erro de novo? O SPD e o poder.

As eleições parlamentares alemãs de 22 de setembro de 2013 culminaram com a formação da terceira grande coalizão do pós-guerra entre os clássicos oponentes políticos do país, a CDU/CSU (Partido Democrata-Cristão e União Social-Cristã) e o SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha). Depois do desastre eleitoral do partido liberal FDP, que pela primeira vez não conseguiu ultrapassar o patamar de 5% dos votos e, portanto, não possui mais representação no parlamento, restaram cinco partidos na conformação do parlamento alemão: além da CDU/CSU e do SPD que ocupam 80% dos assentos, os demais são o partido A Esquerda e os Verdes.

Com uma porcentagem sensacional de 41,5% dos votos, a CDU/CSU conseguiu incrementar o seu resultado eleitoral em 7,7% e garantir a liderança do futuro governo sob o comando da chanceler Angela Merkel pela terceira vez.

Embora os resultados das eleições, pelo menos no caso da CDU/CSU, contradigam os analistas que há anos diagnosticam o fim dos grandes partidos populares, no caso do SPD assinalam a crise da socialdemocracia alemã. Para o SPD, os resultados das eleições representaram a segunda pior votação desde 1950. Nas eleições de 2009, o partido perdeu 11% dos votos em comparação com as eleições anteriores. Em 2013 conseguiu recuperar apenas 2,7% e ficou com 25,7% dos votos.

Isso acontece num momento em que, como nunca antes, existe um consenso político sobre objetivos e bandeiras tradicionais da socialdemocracia. Justamente o fato de ter abandonado essas bandeiras tradicionais em seus governos entre 1998 e 2005 – a crítica feita pela esquerda – explicaria em grande parte a perda de confiança, tanto entre o eleitorado alemão como entre a própria militância, que diminuiu consideravelmente na última década. O partido não foi capaz de recuperar essa confiança. A coalizão entre o SPD e a CDU entre os anos 2005 e 2009, adicionalmente, invisibilizou as conquistas políticas do partido. Pelo contrário, fortaleceu a posição da chanceler Merkel e de seu partido, que pôde contabilizar a seu favor os acertos políticos. Essa seria, em poucas palavras, a análise.

Por outro lado, o SPD realizou nos últimos anos um debate exaustivo interno sobre os erros da “guinada neoliberal” e condicionou a negociação sobre um novo acordo de coalizão a várias exigências programáticas. O debate sobre o programa da coalizão durou dois meses e resultou num documento de 185 páginas no qual, a pesar de sua condição diminuída eleitoralmente, o SPD conseguiu instalar vários elementos chave de seu programa, como, por exemplo, a introdução de um salário mínimo, até o momento inexistente na Alemanha. E, finalmente, submeteu o resultado da negociação a um referendo dos militantes do partido.

Traduzimos uma série de textos de analistas e políticos do SPD, que avaliam as motivações, o debate e as conclusões a partir de uma visão interna do Partido Social-Democrata da Alemanha.

*Yesko Quiroga* - FES Brasil



## Por que entramos?

Niels Annen, abril de 2014

A assim chamada “grande coalizão” sob o comando da chanceler, isto é primeira ministra, Angela Merkel da União Democrata Cristã (CDU) e o seu vice Sigmar Gabriel do Partido Social Democrata (SPD) está no governo desde meados de dezembro de 2013 e vem trabalhando com bastante sucesso para surpresa de todos. Além da política externa, os objetivos centrais do SPD, como, por exemplo, a introdução de um salário mínimo nacional, vem marcando as atividades da grande coalizão.

Desde o início, todos os envolvidos estavam cientes que um governo de coalizão entre Democratas Cristãos e Cristãos Sociais alemães do CDU e CSU de um lado e os Social Democratas alemães do SPD do outro não seria um casamento por amor.

Muitas pessoas na Alemanha, como também partidos amigos e irmãos de diversos países mundo afora, reagiram com espanto e perguntaram-se com razão se esta decisão do SPD a favor de uma grande coalizão seria de fato acertada.

Diversas vezes fui questionado por que é que a Social Democracia alemã estava mais uma vez aceitando participar em uma grande coalizão sob liderança da chanceler Angela Merkel.

Será que o SPD já não pagou um preço muito alto pela última grande coalizão de 2005 a 2009, a qual culminou no pior resultado eleitoral desde a sua fundação em 1949 conseguindo apenas 23 % dos votos, ou seja 11 % a menos? Será que este resultado desastroso do SPD nas urnas em 2009 não mostrou nitidamente que os cidadãos são contra uma grande coalizão?

Considerando este cenário, será que não teria sido uma decisão mais inteligente permanecer na oposição no fim de 2013? Ou então, por que é que nós, Social Democratas, não buscamos uma coalizão à esquerda do centro com os Verdes (Aliança 90 / Os Verdes) e o Partido “A Esquerda” (Die Linke)?

### Uma análise honesta

Para tentar responder estas questões justificadas temos de fazer uma análise conscienciosa das eleições legislativas de 2013. A eleição, que foi mais outra eleição perdida da perspectiva social democrata, gerou um corte profundo no cenário político alemão. Todo o campo da esquerda, composto pelos partidos SPD, Verdes e A Esquerda, perdeu a capacidade de ter maioria na população alemã nas últimas eleições gerais, pois apenas ao adicionarmos os votos dos dois partidos irmãos conservadores, a CDU da chanceler Angela Merkel e a CSU, mais os votos do Partido Liberal Democrático (FDP) e do partido populista e eurocético de direita, a Aliança para a Alemanha (AfD), obtém-se um retrato realista das maiorias políticas atuais na Alemanha.

Enquanto a “União” (CDU/CSU) saiu fortalecida das eleições ao “Bundestag” em setembro de 2013, conquistando 41,5 % dos votos (7,7 % a mais), o parceiro liberal da coalizão anterior (de 2009 a 2013) não conseguiu voltar ao Parlamento Federal. Com 4,8 % (9,8 % a menos), os Liberais não alcançaram a cláusula de barreira de 5 % vigente na Alemanha e a Alternativa para a Alemanha (AfD), na sua estreia nas eleições legislativas, igualmente não conseguiu entrar na Câmara dos Deputados com 4,7 % dos votos.

O SPD conquistou 25,7 % dos votos (2,7 % a mais) e pode assim melhorar um pouco a sua posição após a derrota histórica em 2009. Em comparação, tanto o partido A Esquerda com 8,6 % (menos 3,3 %) quanto os Verdes com 8,4 % (menos 2,3 %) sofreram perdas significativas.

Se somarmos os quase 10 % de votos perdidos para os Liberais e a AfD aos 41,5 % da CDU/CSU, fica patente que não há maioria à esquerda do centro na Alemanha atualmente.

### Opções de coligação

Para a distribuição de assentos no 18º Parlamento Federal, o fracasso do FDP e da AfD na cláusula de barreira dos 5 % implicou que sozinha a aliança conservadora formada por CDU/CSU conseguiu conquistar 311 mandatos do total de 631. O SPD obteve 193 cadeiras, A Esquerda 64 cadeiras e a Aliança 90 / Verdes 63 cadeiras. Com este resul-



tado eleitoral teria sido possível formar as seguintes coligações: CDU/CSU e SPD reunindo 504 assentos, CDU/CSU e Verdes ocupando 374 assentos ou SPD, A Esquerda e Verdes totalizando 320 assentos.

Em momento algum, uma coalizão entre CDU/CSU e A Esquerda esteve em discussão. Mesmo 25 anos após o fim da cortina de ferro, os conservadores rejeitam qualquer cooperação política ou parlamentar com o Partido de Esquerda (Linkspartei ou A Esquerda), por esta historicamente ser oriunda do SED (o Partido Socialista Unitário), partido estatal que governava a antiga Alemanha Oriental (RDA).

Mesmo um governo minoritário com maiorias variáveis sob a chanceler Angela Merkel teria sido totalmente unimaginável, dado que um governo minoritário enfrentaria uma maioria constituída por SPD, Verdes e A Esquerda na segunda câmara (o Bundesrat) - a representação dos estados alemães. Por razões históricas, um governo minoritário não teria, além disso, correspondido ao forte anseio por segurança dos alemães e ao desejo em ter um governo estável. Ademais, a União (CDU/CSU) tinha excluída esta opção.

Diante destas reflexões e considerando a matemática de coligações, o presidente da Alemanha, Joachim Gauck, encarregou a presidente do CDU, Angela Merkel, da formação do governo e esta teve reuniões para sondagens iniciais com o SPD e os Verdes.

### **Participação no governo ou oposição?**

Não é segredo que havia opiniões divergentes entre as principais lideranças social democratas sobre a questão: participar do governo ou ficar na oposição. Logo ficou claro que a solução para a formação do novo governo estava nas mãos do SPD, já que os Verdes não teriam a força necessária para participar em um governo com CDU/CSU após seu resultado ruim nas eleições e a subsequente renúncia de toda a cúpula.

Por fim, a maioria dos alemães tinha se mostrado favorável à criação de uma grande coalizão em pesquisas realizadas no fim de 2013. Afinal, foi uma grande coalizão que conduziu a Alemanha sem maiores danos e em relativa segurança pela crise econômica e financeira de 2009.

Na ótica do SPD, era ao mesmo tempo imperativo evitar uma nova eleição a qualquer custo, pois com razão, os eleitores teriam tido a impressão que os social democratas estão colocando os interesses partidários acima do bem-estar do país.

E quem sabe, com novas eleições, os liberais do FPD talvez teriam conseguido os votos necessários para retornar e, eventualmente, a AfD teria entrado pela primeira vez no Bundestag. Principalmente, o ingresso da Aliança para a Alemanha, um partido populista e eurocético de direita, no parlamento alemão teria tido consequências imprevisíveis para os países europeus em crise e o Euro.

Assim, no final do ano passado, a direção da social democracia alemã esteve diante de um decisão difícil - ou entrar novamente em uma grande coalizão mal-amada, apesar de ter apresentado um programa eleitoral claramente de esquerda, ou romper com a promessa eleitoral “de não formar uma coligação com os Verdes e A Esquerda em 2013”. Em ambas as opções a credibilidade do SPD estava em jogo.

Em especial, a pressão dos seus próprios filiados e dirigentes dificultou a decisão, pois com 320 mandatos até haveria uma maioria apertada de quatro votos, se fosse formalizada uma coalizão entre SPD, A Esquerda e Verdes (coalizão vermelha, vermelha e verde) no 18º Parlamento Federal.

### **Um não à coalizão “vermelha, vermelha e verde”**

No final de 2013, meu partido decidiu-se, baseado em boas razões e, na minha opinião, também compreensíveis, contra uma coalizão governamental entre SPD, A Esquerda e Verdes (coalizão vermelha, vermelha e verde – as cores das legendas). Faço esta afirmação inclusive por que venho defendendo há anos uma abertura do SPD em direção ao Partido A Esquerda e criar assim uma coligação à esquerda do centro.

No passado, A Esquerda comprovou diversas vezes que é um parceiro responsável e confiável em uma coligação nos estados federados. No plano dos estados, diferentemente da esfera federal, promoveu uma política real, apoiando frequentemente até decisões impopulares.



Mesmo no plano federal há, hoje em dia, uma série de conteúdos e temas políticos sobre quais SPD, Verdes e A Esquerda poderiam concordar e chegar a uma posição comum no âmbito de negociações de coligação. Porém, sobretudo na política externa e de segurança, A Esquerda e sua bancada no Parlamento Federal têm, via de regra, mantido uma oposição frontal intransigente.

### **Pontos cruciais na política externa e de segurança**

Neste contexto, a questão da política de alianças tem importância decisiva para o SPD. Em 1960, o líder da bancada do SPD, Herbert Wehner, no seu discurso memorável diante do Parlamento Federal abdicou da reivindicação do SPD por uma Alemanha neutra. A partir desta data, vigora na política alemã um consenso básico inquebrantável, o qual define os interesses alemães como interesses europeus e, em consequência, insere a Alemanha firmemente na União Europeia e na OTAN.

Esta política foi uma consequência de duas guerras mundiais e o resultado do reconhecimento que apenas uma afirmação inequívoca do nosso caráter comum e da comunidade com nossos parceiros poderia derrubar as reservas antigas perante a Alemanha. Porém, sempre foi e continua sendo uma proteção adicional contra forças na própria Alemanha que sob o manto do não-alinhamento queriam voltar a trilhar o caminho nacional. Na época, a frase decisiva de Herbert Wehner foi:

“O partido Social Democrata da Alemanha parte do pressuposto que o sistema de tratados europeus e transatlânticos, do qual a República Federal da Alemanha faz parte, é base e referência para todos os esforços da política externa e da política de reunificação alemãs.”

No momento, A Esquerda ainda rejeita categoricamente a permanência da Alemanha no seio da OTAN, colocando-se desta forma fora do consenso geral vigente na Alemanha. Com esta atitude, o partido mexe em uma orientação básica e estratégica (e, para além disso, bem-sucedida ao longo da história) da política externa alemã, sem oferecer alternativas convincentes, isto é, sem indicar o que poderia entrar no lugar da OTAN. Eis as diferenças

de fundo entre a social democracia alemã e o partido A Esquerda.

Recentemente tivemos novas provas impressionantes no âmbito da crise na Crimeia as quais mostram que, mesmo sem considerar as diferenças na política externa e de segurança, não é possível fazer uma política responsável com a maioria do partido A Esquerda. A vice-presidente do partido e líder da bancada no parlamento, Sahra Wagenknecht, da ala esquerda do partido, afirmou que até compreende a anexação da Crimeia à Rússia, apesar da invasão da Crimeia por soldados russos ter sido uma violação do direito internacional, mas que isto seria uma reação à instituição do governo provisório em Kiev e que o Ocidente, principalmente os EUA, teriam perdido todo e qualquer direito de exercer crítica a violações do direito internacional.

Qualquer coalizão “vermelha - vermelha – verde” na esfera federal é inviável enquanto esta questão controversa em torno da política de alianças alemã não for resolvida categoricamente entre o SPD e A Esquerda. Além disso o SPD tinha excluído essa opção previamente as eleições.

### **Rumo à grande coalizão**

No seu discurso inflamado durante o congresso nacional do SPD após as eleições legislativas, o presidente do partido, Sigmar Gabriel, expressou claramente as expectativas da social democracia em fechar um possível acordo de coalizão<sup>1</sup> com os conservadores.

Coalizões são alianças por tempo definido que muitas vezes implicam em compromissos dolorosos para ambos os lados. Por isso, as negociações com a CDU/CSU para formar um governo de coalizão não transcorreram sempre de forma pacífica e sem conflitos, mas mesmo assim, o SPD conseguiu fazer valer a sua posição com relação a reivindicações políticas importantes.

---

1. Só disponível em alemão: [http://www.bundestag.de/dokumente/textarchiv/2013/48077057\\_kw48\\_koalitionsvertrag/koalitionsvertrag.pdf](http://www.bundestag.de/dokumente/textarchiv/2013/48077057_kw48_koalitionsvertrag/koalitionsvertrag.pdf)



Apesar da forte resistência dos democratas cristãos contra a implantação de um salário mínimo legal em toda a Alemanha conseguimos defender a nossa posição. Conquistamos melhorias consideráveis nas aposentadorias para quem contribuiu para a previdência social por muitos anos e nas aposentadorias por invalidez temporária. Em outras áreas, o SPD também obteve bons resultados nas negociações, em especial, na questão da manutenção da reforma energética (fechamento das usinas nucleares alemãs e aposta nas energias renováveis), a criação de novas moradias e a limitação do aumento de aluguéis. No domínio da política externa e de segurança passarão a valer novamente regras mais restritivas para a exportação de equipamento militar e armamentos para regiões em crise. A grande coalizão também voltará a defender ativamente o desarmamento global e o controle armamentista. Também conseguimos defender posições importantes na questão dos direitos humanos e na política de cooperação para o desenvolvimento nas negociações.

Na minha opinião, dadas as circunstâncias, o SPD conseguiu um bom resultado nas negociações de coalizão com os conservadores, tanto no seu conteúdo quanto na distribuição de pastas. Mais que isso simplesmente não foi possível com os democratas cristãos, por exemplo, nas áreas da educação, da saúde, no direito para estrangeiros, na equiparação de uniões homoafetivas ou na introdução de plebiscitos no nível federal.

### **Referendo dos filiados – uma festa da democracia intrapartidária**

Apesar dos bons resultados conseguidos nas negociações, a grande coalizão não foi matéria aprovada e decidida imediatamente. Contrário ao costume de apresentar o acordo de coalizão ao congresso do partido para aprovação, desta vez o acordo deveria ser aprovado mediante consulta à base, ou seja, aos cerca de 500 000 membros do partido. Pela primeira vez, todos os filiados do SPD tiveram a possibilidade de decidir sobre os resultados obtidos no pacto de coalizão negociado.

A direção do SPD assumiu um elevado risco ao sondar os filiados e elevou o crivo para apreciações futuras. Com o referendo realizado no partido pretendia-se verificar se os resultados das negocia-

ções contemplam as principais reivindicações do SPD para alcançar melhorias para muitas pessoas na Alemanha.

Os filiados do meu partido aproveitaram a consulta de forma impressionante: a participação na votação foi de quase 370 000 filiados e destes em torno de 76 % votaram a favor do acordo de coalizão. Especialmente, o elevado grau de participação na votação com 78 % foi um sinal fantástico de democracia intrapartidária. O voto inequívoco dos membros do partido a favor do resultado das negociações para constituir a grande coalizão também nos fortalece enquanto deputados federais, inclusive no nosso trabalho parlamentar.

### **Sair da torre dos 20 %**

Apesar de tudo, a questão básica no que toca às consequências para a social democracia após a derrota nas eleições gerais continua carecendo de resposta. Como o SPD poderá sair da torre dos 20 % em que está engessado e obter de novo resultados bem acima de 30 % nas eleições no futuro? Só revertendo esta situação poderemos apresentar uma reivindicação crível para ocupar o cargo de chanceler.

Já após uma primeira avaliação rápida chegamos à conclusão: A maioria dos eleitores e das eleitoras apoiaram nossos interesses centrais, como por exemplo, a introdução de um salário mínimo nacional. Todavia, tudo indica que não acreditaram em que o SPD de fato implementaria estas reivindicações uma vez no governo. O SPD ainda não conseguiu reconquistar esta confiança após anos de política seguindo os preceitos da agenda 2010 (reformas do estado do bem-estar) sob a chefia do primeiro ministro social democrata, Gerhard Schröder.

Nem as correções programáticas que a direção do partido vem promovendo desde o congresso nacional em 2009, nem um programa eleitoral claramente de esquerda, apoiado por todo o partido, conseguiram reverter esta situação.

No cômputo geral, o SPD saiu-se mal em todos os principais grupos de eleitores e no seu próprio meio para que pudesse formar um governo sozinho. Adicionalmente, a capacidade de mobilização



do seu eleitorado tradicional caiu para o ponto mais baixo e os democratas cristãos foram capazes de mobilizar bem mais votos no grupo de não votantes do que o SPD.

### **Uma alternativa programática é imprescindível**

Os próximos quatro anos serão decisivos para um reposicionamento do SPD. O partido precisa impreterivelmente ampliar as suas competências para ser visto como partido de governo, concomitantemente deve desenvolver e apresentar programas e conteúdos alternativos aos oferecidos pela grande coalizão.

O problema mais grave de uma grande coalizão não é cooperar por quatro anos com os opositores da campanha eleitoral, o problema maior é bem mais fundamental: o SPD e a CDU não são apenas partidos concorrentes, mas cada um representa um caldeirão de modelos políticos alternativos. Ao se unirem em uma coligação, ambos correm inevitavelmente o risco destas diferenças tenderem a desaparecer. A experiência mostrou que o SPD sofre mais nesta constelação do que a aliança conservadora. Por este motivo, o SPD deve sempre continuar a representar a alternativa inerente de uma política socialdemócrata quando está em uma grande coalizão. O partido precisa manter um perfil político palpável se quiser ter uma chance realista de apresentar um candidato ou uma candidata a chanceler em 2017.

A falta de alternativas políticas de fundo foi uma das causas para a capacidade insuficiente de mobilizar as pessoas nas eleições ao Parlamento Federal. Isto também explica a aparente contradição entre o mau resultado eleitoral do SPD e a aprovação das reivindicações do SPD, tais como o salário mínimo legal nacional e a limitação do aumento dos aluguéis, pelos cidadãos.

Ante os índices de aprovação da chanceler Merkel e um bloco conservador sem contorno claro, as propostas do SPD foram acolhidas por muitas pessoas como uma complementação bem-vinda da política tradicional da chanceler, mas não foram percebidas como contraproposta política fundamental da social democracia. Reconquistar os milhões de votos, perdidos desde o primeiro governo de coalizão no

plano federal entre SPD e Verdes, não foi possível sob esta premissa. Exigirá muita autodisciplina de todos os envolvidos conseguir fazer este ato de malabarismo nos próximos quatro anos.

As experiências da última grande coalizão revelaram que a participação em um governo federal literalmente engole os recursos pessoais e organizacionais, além de exigir um elevado grau de unidade, sobretudo da bancada parlamentar. Contudo, sem um papel independente do partido e da bancada, o SPD não conseguirá recuperar sua antiga força. Assim, o grande feito será estabelecermos uma relação com o próprio governo que permita ao partido desenvolver alternativas programáticas, sem perder em aprovação junto à população por sermos o parceiro no governo que está sempre reclamando e descontente. Portanto, o SPD precisa despertar novamente o interesse pelos debates apresentando contribuições independentes para a discussão. Além disso, tem de preparar conteúdos e programas para as próximas eleições.

### **De Dresden a Leipzig**

Apesar da enorme decepção com o resultado das eleições, o SPD confirmou sua posição como principal partido de esquerda. Apesar das afirmações de apoio mútuo, a campanha dos Verdes foi, na verdade, um ataque ao SPD ao definirem como temas prioritários a tributação e a política social que desde sempre foram da competência central do SPD. O fracasso dos Verdes abre a possibilidade para o SPD ampliar sua supremacia no espectro centro-esquerda.

Com a moção principal apresentada no último congresso do SPD em 2013 em Leipzig, foi finalmente esclarecido que o SPD não exclui, a priori, nenhuma opção de coalizão nas eleições de 2017. Levou 19 anos para o SPD despedir-se da “Declaração de Dresden” na qual excluiu-se qualquer cooperação com o PDS, o partido sucessor do SED e antecessor do partido A Esquerda (Die Linke).

O que importa agora, é que o novo curso seja apoiado por todas as alas políticas da social democracia alemã. Para o SPD esta nova abertura, significa um processo de diálogo revalorizado, não mais às escondidas com A Esquerda.



A própria A Esquerda precisa rever sua posição de fundo em matéria de política externa e de segurança. Um empreendimento nada fácil considerando as divisões no seio do partido e da bancada da A Esquerda. Mesmo assim, há esperanças conside-

rando pronunciamentos diferenciados de alguns representantes do partido a favor das forças armadas alemãs participarem da força-tarefa que cuida da segurança militar durante a destruição das armas químicas na Síria.

## Desafios do novo governo alemão

Ernst Hillebrand, novembro de 2013

O resultado das eleições legislativas realizadas no dia 22 de setembro de 2013 é o resultado de um clima geral idiossincrático na Alemanha. Apesar da crise financeira e da crise do euro, os alemães estão tranquilos e a maioria é otimista na avaliação da situação econômica: no final de agosto 2013 apenas 10 % dos alemães consideravam ruim a conjuntura econômica geral.<sup>1</sup> É verdade que a Alemanha passou melhor pela crise financeira que começou em 2007 do que a maioria dos outros países da zona euro. A Alemanha tem uma economia exportadora pujante o que contribui para a estabilização da situação econômica do país. Em 2012, a Alemanha obteve mais uma vez o maior superávit na balança comercial do mundo, inclusive bem na frente à da China.<sup>2</sup> A redução das exportações para a zona do euro foi compensada por um aumento das exportações para os merca-

dos emergentes. Desde 2009, o PIB alemão registra um crescimento superior a oito por cento, de modo que 1,2 milhões de novos postos de trabalho foram criados. Assim, foi possível equilibrar os orçamentos públicos. No ano de 2012 houve um superávit fiscal de 0,2 % do PIB.<sup>3</sup> A melhoria da conjuntura do país ainda fica mais visível se comparamos os dados atuais com números de uma década atrás. Com 7 %, a taxa de desemprego está atualmente aprox. 3 % mais baixa e o orçamento público praticamente equilibrado. O número de desempregados caiu em torno de 1,4 milhões e a população economicamente ativa aumentou em cerca de 2,5 milhões.<sup>4</sup> Ao que tudo indica, aparentemente, muitas decisões acertadas foram tomadas na política econômica na Alemanha nos últimos dez anos.

Ao lado destes fatos positivos existem, todavia, toda uma série de imponderabilidades e dados negativos. Por vez, temos até a impressão que o clima está melhor do que a situação justificaria, sobretudo, ao analisarmos perspectivas mais longínquas, fica patente que o desempenho da política econômica alemã não é tão inequívoco.

Os críticos, por exemplo, alegam que a economia alemã teve um crescimento bem aquém da média da União Europeia e da zona do euro desde 1999.

1. Grupo de pesquisa das eleições, Politbarometer agosto III, semana 34/2013.

2. De acordo com os cálculos do Instituto Ifo, o superávit comercial da Alemanha foi de 210 bilhões de dólares em 2012 (171 bilhões de euros), o superávit chinês ficou em 203 bilhões de dólares. Focus Online, [http://www.focus.de/finanzen/news/konjunktur/deutschlands-aussenhandelsueberschuss-bundesrepublik-ueberholt-exportweltmeisterchina\\_aid\\_798784.html](http://www.focus.de/finanzen/news/konjunktur/deutschlands-aussenhandelsueberschuss-bundesrepublik-ueberholt-exportweltmeisterchina_aid_798784.html), consulta realizada em 28.8.13.

3. DIW Berlim, Investimentos em prol de mais crescimento – Uma agenda para o futuro para a Alemanha, DIW Wochenbericht 26/2013, p. 3.

4. Michael Dauderstädt, Deutschland – ein Wundermärchen, Wiso direkt, agosto 2013, Fundação Friedrich Ebert.



Os investimentos foram insuficientes, a distribuição de renda tornou-se cada vez mais desigual nos últimos 15 anos e o setor dos salários baixos passou por uma forte ampliação. O aumento dos empregos foi mais o resultado de tendências de precarização e uma forte expansão de trabalho com jornada parcial, ou seja, trabalho apenas por meio período.<sup>5</sup> Onde realmente registramos uma diminuição drástica nos últimos dez anos foi no patrimônio público: enquanto ainda constituía 20 % do PIB em 1999, foi sofrendo uma redução para 0,5 % do PIB em 2011. Resumindo a situação, o Instituto Alemão de Pesquisa Econômica (DIW) escreveu o seguinte sobre o desenvolvimento da última década: “Em muitas áreas a Alemanha não conseguiu avanços, em algumas até ficou significativamente atrás de outros países. Estes atrasos não foram compensados pelas tendências favoráveis mais recentemente.”<sup>6</sup>

A avaliação passa a ser crítica, sobre tudo, ao considerar a situação dos trabalhadores individuais, pois a população em geral beneficiou-se bem menos do desenvolvimento econômico do que a de outros países da União Europeia. Enquanto a Alemanha estava na 3ª posição entre os países da UE no quesito renda per capita (em paridade do poder de compra) em 1993, caiu para o 7º lugar em 2012. Aqui percebe-se bem a estagnação dos salários na Alemanha por tantos anos. Os salários por hora da Alemanha ocupam hoje apenas a 11ª posição, ou seja, estão abaixo da média da União Europeia com 27 Estados Membros.<sup>7</sup> A parte dos salários no produto nacional registrou uma diminuição mais pronunciada do que nos outros países da UE [Gráfico 1]. A percentagem líquida dos salários no produto, isto é, o salário líquido real que vai para o bolso dos trabalhadores descontados os impostos e encargos sociais, ainda sofreu uma queda maior. Enquanto ainda perfazia 48 % em 1990, baixou para apenas 39,4 % do produto nacional em 2012. Desta forma articulou-se uma transferência, desejada pela políti-

ca, de impostos e encargos sobre lucros para a tributação de salários e renda.<sup>8</sup> No seu conjunto estes desenvolvimentos fizeram com que a Alemanha – contrariamente à sua fama de país “rico” – tivesse uma população pobre em comparação com outros países. Com 51.400,00 euros, o patrimônio líquido dos lares alemães ficou bem abaixo da média de acordo com cálculos do Banco Central Europeu (BCE) na comparação de dados semelhantes para a França (158.000,00 euros), Itália (173.500,00 euros) ou Bélgica (206.200,00 euros).<sup>9</sup>

## Desafios

Frente à situação inicial há uma agenda especial na política econômica para o próximo governo alemão e esta agenda diverge bastante da dos demais Estados da zona do euro. Vislumbram-se quatro áreas prioritárias de atuação na política econômica para o governo federal:

- Implementar a assim chamada “Mudança energética”, ou seja, usar matéria prima renovável na geração de energia
- Superar a lacuna de investimentos no setor público e na iniciativa privada
- Dinamizar o mercado doméstico
- Conter os custos subsequentes da salvação do euro.

De maneira sintética, estas quatro áreas prioritárias serão descritas da seguinte forma.

### 1. A mudança energética

Após a catástrofe de Fukushima, foi formulada uma nova estratégia energética, prevendo o abandono do uso da energia nuclear a médio prazo e a redução significativa da emissão de CO<sub>2</sub>. Conseqüentemente, a participação das energias renováveis no consumo energético deve ser incrementada

5. Ibidem

6. DIW vide acima e Dauderstädt, vide acima.

7. Karl Aiginger, Erfolgsmodell Deutschland sollte Ziele überdenken, em Die Presse vom 22.05.2013, <http://diepresse.com/home/wirtschaft/oekonomenstimme/1406135/Erfolgsmodell-Deutschland-sollte-Ziele-ueberdenken>, consulta realizada em 3.9.2013.

8. Schäfer, Claus, “No representation without taxation” – WSI Verteilungsbericht 2011, WSI-Mitteilungen 12/2011, p. 677-686.

9. <http://www.faz.net/aktuell/wirtschaft/kommentar-arme-deutsche-12143183.html>. Isto reflete não apenas a realidade econômica e fiscal, mas sobretudo a especificidade do setor imobiliário (na Alemanha é praxe alugar a moradia e não comprar a casa própria) e as conseqüências da reunificação: Os lares na Alemanha Oriental ainda possuem menos propriedades – menos inclusive que famílias na Eslováquia, um país da Europa do leste.



de atualmente 11 % para no mínimo 18 % até 2020 e, em 2050, as fontes renováveis devem chegar a 60 %. Para a geração de energia elétrica, a nova estratégia prevê uma cota de no mínimo 35 % até 2020 e depois uma participação de 80 % até 2050.<sup>10</sup> Esta mudança de rumo requer volumosos investimentos nas mais diversas áreas: novas usinas para geração de eletricidade e calor, linhas de transmissão, acumuladores de eletricidade bem como investimentos consideráveis em medidas de isolamento de edifícios. Um dos principais problemas da ampla “mudança energética” é que tal exige uma profunda transformação da infraestrutura energética. As principais fontes de energias renováveis estão localizadas no norte da Alemanha, já os grandes consumidores industriais e centros urbanos encontram-se no centro e no sul do país. Com base neste planejamento chega-se a uma demanda de investimento anual total de cerca de 31 a 38 bilhões de euros de 2014 a 2020. Os possíveis custos totais da mudança energética até meados do século foram estimados no verão de 2013 pelo então Ministro Federal do Meio Ambiente, Peter Altmaier, em até um trilhão de euros.<sup>11</sup>

Mesmo hoje em dia, a mudança energética já produziu um aumento do preço de energia na Alemanha. A indústria insiste que a ecologização da produção energética – apoiada por grande parte das grandes empresas alemãs – não deve ser feita em detrimento da competitividade. Consumidores e indústria já estão se queixando da nítida subida dos preços de energia. Segundo o Ministro Federal do Meio Ambiente, foram sobretudo os pequenos consumidores que arcaram com as consequências até a presente data: “Especialmente as pequenas e micro empresas e famílias sentiram aumentos de preço de até 25 %.”<sup>12</sup> A questão de como os custos da mudança energética poderão ser conciliados com preocupações sociais e necessidades de com-

petitividade poderá vir a ser um dos temas políticos cruciais da próxima legislatura, mas parece altamente improvável que o governo abdique da “mudança energética”. A ecologização da produção de energia e a redução das emissões de CO<sub>2</sub> são apoiadas por uma ampla maioria da população. Mesmo a indústria enxerga as fontes de energia renováveis e as tecnologias de eficiência energética como um importante mercado futuro global.

## **2. Falta de investimentos**

Na última década, a Alemanha produziu uma retenção considerável dos investimentos, o que vale tanto para a iniciativa privada como o poder público. Este atraso de investimentos tem repercussões visíveis nas taxas de crescimento. Segundo cálculos do DIW, a Alemanha vem acumulando, na comparação com a média da zona do euro, uma lacuna de investimentos na ordem de 3% do PIB desde 1999. “No acumulado isto representa aproximadamente um trilhão de euros desde 1999... Se a taxa de investimento tivesse sido como da média da zona do euro, o crescimento anual do PIB per capita teria sido quase 1% superior”<sup>13</sup>. Sobretudo, a demanda de investimento por parte do poder público ficou aparente e diz respeito tanto à “Federação”, isto é, o estado central, quanto aos estados e municípios que assumem uma parte nada desprezível das tarefas estatais no sistema federal alemão. Além disso, foi lhes atribuído um papel maior no sistema do estado social através da reforma do mercado de trabalho e do sistema social - as reformas “Hartz” da época do Chanceler Schröder.

### **Infraestrutura pública, em especial, a infraestrutura de transporte:**

Os investimentos dos últimos anos não foram suficientes para manter a infraestrutura no nível e com a qualidade almejada. Praticamente nenhum outro país na Europa investe tão pouco na malha de transporte como a Alemanha considerando as despesas totais do orçamento público. De acordo com dados da OCDE, apenas a Grã Bretanha gasta menos por ano e habitante com estradas. Com relação aos investimentos per capita na malha ferroviária-

10. DIW 18.

11. FAZ online, 19.2.2013, <http://www.faz.net/aktuell/wirtschaft/wirtschaftspolitik/energiepolitik/umweltminister-altmaier-energie-wende-koennte-bis-zu-einer-billion-euro-kosten-12086525.html>, consulta realizada em 29.8.2013.

12. FAZ online, 19.2.2013, <http://www.faz.net/aktuell/wirtschaft/wirtschaftspolitik/energiepolitik/umweltminister-altmaier-energie-wende-koennte-bis-zu-einer-billion-euro-kosten-12086525.html>, consulta realizada em 29.8.2013.

13. DIW, p. 3.



ria, a Alemanha ocupa o último lugar do ranking.<sup>14</sup> Este subinvestimento tem consequências: muitas ruas e estradas municipais, mas também 20 % da rede de autoestradas e 41 % das estradas federais atingiram um estado crítico. Na sua análise dos investimentos em infraestrutura, o DIW de Berlim detectou um gap de investimento anual de 3,8 bilhões de euros para os últimos anos, o que corresponde a quase um terço da demanda real.<sup>15</sup> De acordo com cálculos feitos pela comissão criada pela Conferência permanente dos secretários de transporte, o déficit de investimentos anual até seria da ordem 7,2 bilhões de euros e levar-se-ia até 15 anos para recuperar os atrasos na infraestrutura. Aqui é importante destacar que não se trata da construção de novas estradas ou ferrovias, mas da preservação da malha existente.<sup>16</sup>

### Equipamentos, instituições e infraestrutura municipais

Em algumas partes, a infraestrutura municipal atingiu um estado alarmante, em particular, nos municípios mais pobres na Alemanha Ocidental. O estado de muitas escolas, repartições públicas ou de equipamentos municipais é lamentável. “Tubulações que apresentam mau cheiro, portas quebradas nos banheiros e estudantes cheios de nojo: Em muitas escolas de Berlim há problemas com os banheiros” relata, por exemplo, o jornal “Tagesspiegel” falando do estado dos banheiros em escolas da capital do “campeão de exportação”.<sup>17</sup> A modernização das instalações sanitárias custaria 1 bilhão de euros, verba inexistente no orçamento apertado da administração de Berlim. Segundo informações do Instituto de Economia Alemã (IW), a dívida acumulada de todas as cidades e municípios alemães estava em quase 135 bilhões de euros no fim do primeiro trimestre de

2013.<sup>18</sup> “Nas escolas, estradas e prédios públicos, a política tem sido consertar um pouco aqui um pouco acolá sem realizar um saneamento correto” explica o presidente da Associação de Cidades e Municípios Alemães Christian Schramm. “A decadência da infraestrutura trava cada vez mais o crescimento”.<sup>19</sup> O banco alemão de desenvolvimento KfW constatou uma lacuna de investimento de 128 bilhões de euros nos municípios, especialmente nas áreas da infraestrutura de transporte e escolas.<sup>20</sup>

O financiamento de uma infraestrutura sólida paralelamente ao saneamento das finanças públicas representa um desafio. Para a expansão do financiamento com mais créditos foram impostos limites estreitos pela Constituição Federal quando introduziu o “limite de endividamento” em 2009. Aumentar ainda mais a tributação dos assalariados comuns não parece desejável nem possível, pois a tributação dos salários médios já está muito elevada atualmente. Com uma taxa efetiva de 53 % (inclusive imposto sobre valor agregado – IVA), a Alemanha ocupa o 5º lugar na União Europeia, atrás da Bélgica, França, Áustria e Hungria.<sup>21</sup> A forte tributação dos salários médios reflete a mudança na taxa dos diferentes tipos de receita nas últimas décadas: em comparação com a renda dos lucros, a renda dos salários sofreu uma tributação cada vez maior e com uma carga fiscal desproporcional.<sup>22</sup>

14. Die Zeit online, <http://www.zeit.de/2013/26/infrastruktur-schienen-strassen/komplettansicht>, consulta realizada em 29.8.2013.

15. IW, p. 36-37.

16. Die Zeit online, <http://www.zeit.de/2013/26/infrastruktur-schienen-strassen/komplettansicht>, consulta realizada em 29.8.2013.

17. <http://www.tagesspiegel.de/berlin/bessere-schultoiletten-drei-berliner-schulen-gewinnen-bei-wettbewerb/8123454.html>. Berlim é uma cidade relativamente pobre: a renda per capita não está apenas abaixo da de Hamburgo e Munique, mas é até inferior à renda auferida em Praga ou Bratislava.

18. Handelsblatt, <http://www.handelsblatt.com/politik/deutschland/ueberschuldete-kommunen-135-milliarden-euro-gesamtschulden/8524528-2.html>, consulta realizada em 29.8.2013.

19. Manager Magazin, <http://www.manager-magazin.de/politik/deutschland/a-875782.html>, consulta realizada em 29.8.2013.

20. Banco de desenvolvimento alemão (KfW), KfW-Kommunalpanel 2012, maio de 2013, p. 38. [https://www.kfw.de/media/pdf/download\\_center/konzernthemen/research/pdf\\_dokumente\\_kfw\\_kommunalpanel/KfW-Kommunalpanel\\_2012\\_LF.pdf](https://www.kfw.de/media/pdf/download_center/konzernthemen/research/pdf_dokumente_kfw_kommunalpanel/KfW-Kommunalpanel_2012_LF.pdf), aufgerufen am 2.9.2013.

21. Instituto Molinari, Fardeau social et fiscal de l'employé moyen au sein de l'UE — 2013 — 4ème édition, Cécile Philippe, Nicolas Marques et James Rogers, julho de 2013, <http://www.institutmolinari.org/IMG/pdf/fardeau-fiscal-eu-2013-final.pdf>, consulta realizada em 29.8.2013.

22. A taxa direta (impostos e encargos sociais) dos assalariados ainda estava em 28,8 % em 1980 do salário bruto; até 2010 este montante evoluiu para 33 %. No mesmo período, a taxa de lucros da renda (impostos e encargos sociais) caiu de 19,2 % para 12,1 %. Ver Claus Schäfer, vide acima.



Paralelamente a esta elevada taxaço dos rendimentos médios há, no entanto, um volume não desprezível de evasão fiscal e esforços de evitar o pagamento de impostos, o que se aplica sobretudo a lucros e rendimentos do capital. As estimativas da soma perdida anualmente pelo fisco alemão devido a esquemas ilegais para não pagar os impostos variam. Fontes próximas do meio sindical partem do pressuposto que se trata de cerca de 100 bilhões de euros.<sup>23</sup> Acabar com estas lacunas constitui uma pré-condição fundamental para que ocorram os investimentos necessários e possa haver uma estimulação da demanda interna sem despreitar o limite de endividamento. Isto pressupõe um reforço da administração fiscal na Alemanha além de regras europeias.

### **3. Fraqueza do mercado interno e dinâmicas de distribuição**

Nos últimos vinte anos, a Alemanha produziu um desequilíbrio estranho na estrutura econômica para um país da OCDE. O crescimento está principalmente baseado em uma hipertrofia do setor exportador.

A participação da exportação de produtos e serviços no PIB subiu consideravelmente nos últimos vinte anos, passando de 24 % em 1992 para 52 % em 2012.<sup>24</sup> Superávits enormes no balanço comercial são celebrados como expressão da competitividade sem considerar as implicações microeconômicas (teoria do estado do bem estar social) e macroeconômicas desta política mercantilista. O papel do mercado doméstico e do consumo interno como fator de crescimento foi amplamente ignorado. Os aumentos de produtividade não foram convertidos em aumentos salariais. Consequentemente, o mercado interno continuou padecendo de falta de dinâmica o que se estendeu ao desenvolvimento econômico global mesmo e, em especial, em comparação com os outros países da zona do euro.<sup>25</sup>

23. Brigitte Unger, Steuerhinterziehung kostet 100 Mrd., em Mitbestimmung, Nr. 10/2012, online: [http://www.boeckler.de/41281\\_41291.htm](http://www.boeckler.de/41281_41291.htm), consulta realizada em 29.8.2013.

24. <http://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS>, consultado em 2.9.2013.

25. Heike Joeoges, Fabian Lindner, Torsten Niechoj, Mit dem Export aus der Krise? Deutschland im Euroraumvergleich, Institut für Makroökonomie, IMK-Report N° 53, agosto de 2010.

Esta ausência de dinamismo do mercado doméstico também é um dos motivos para o desenvolvimento relativamente fraco dos investimentos do setor privado. Assim, os recursos que não foram investidos no país acabaram sendo levados para o exterior, onde acumularam perdas gigantescas, em particular na esteira da crise financeira. De 2006 a 2012, investidores alemães perderam em torno de 600 bilhões por causa de aplicações ruins no exterior - este volume corresponde a 22 % do PIB.<sup>26</sup>

Os maiores problemas do rumo desta política econômica dizem respeito à Europa e à zona do euro. A pressão dupla vinda da Alemanha – o grande número de exportações de mercadorias e capital – foi um importante ingrediente do coquetel para a crise que culminou na crise do euro<sup>27</sup>. Entre 2003 e 2011, a Alemanha auferiu um superávit comercial superior a 1,2 trilhões de euros no comércio com os estados da União Europeia, na verdade, foram basicamente os países da zona do euro: França com mais de 245 bilhões de euros, a Espanha com 164 bilhões de euros e a Itália com 147 bilhões de euros.<sup>28</sup>

Apenas por razões da política europeia, qualquer governo federal, não importa o partido, não poderá deixar de atacar os desequilíbrios gigantes na balança comercial e na balança de transações cor-

26. DIW 3.

27. Fritz W. Scharpf, De nouveaux abandons de souveraineté ne permettront pas non plus de sauver l'euro, FES Paris, Analyses et documents, Juillet 2013 e Fabian Lindner, Banken treiben Eurokrise, IMK Report, N.º 82, junho de 2013.

28. Michael Dauderstädt und Ernst Hillebrand, Exporteuropameister und die Krise, Fundação Friedrich Ebert, abril de 2009 e mais cálculos com base nos números de Destatis. Não por último, os excedentes foram financiados com maciças exportações de capital da Alemanha: Entre a introdução do euro e o ano de 2011, 470 bilhões de euros foram para o exterior na forma de capital financeiro líquido. Adicionalmente, há um grande volume de créditos no âmbito do sistema do Banco Central Europeu, os assim chamados créditos alvo. Estes foram responsáveis por mais de 350 bilhões de euros até fim de 2010. Hans-Werner Sinn, Deutschlands Kapitalexperte unter dem Euro, [http://www.cesifo-group.de/de/ifoHome/policy/Staff-Comments-in-the-Media/Press-articles-by-staff/Archive/Eigene-Artikel-2011/medienecho\\_16757711\\_ifostimme-aa-01-10-11.html](http://www.cesifo-group.de/de/ifoHome/policy/Staff-Comments-in-the-Media/Press-articles-by-staff/Archive/Eigene-Artikel-2011/medienecho_16757711_ifostimme-aa-01-10-11.html), consulta realizada em 3.9.2013.



rentes. Caso contrário, a zona do euro corre risco de implodir. Qualquer solução exige impreterivelmente um reforço da demanda doméstica alemã. A Alemanha precisa assumir pelo menos rudimentarmente o papel de “consumer of last resort” (consumidor de última instância) na Europa, comparável ao papel tradicional dos EUA no sistema mundial de comércio. Neste contexto, a elevação participação dos salários no produto, que caiu tanto, é de grande importância. Além disso, é necessária uma reorientação na política fiscal. A meta deve ser, aliviar os grupos de renda inferiores e intermediários voltados ao consumo e tributar mais fortemente (ou de forma mais eficaz) as rendas provenientes de capital e lucro que cresceram tanto.

Uma parte das elites do país parece ter entendido este problema em certa medida. Desde 2007, registra-se pela primeira vez desde há muito um aumento real dos salários. Mesmo a CDU de Angela Merkel não se opõe mais à ideia de introduzir um salário mínimo. A desregulamentação excessiva do mercado de trabalho, associada à expansão drástica de relações de trabalho precárias, contratos de trabalho temporário e com salários baixos, está mais e mais no centro do debate. O aumento destas relações de trabalho anormais junto com o desemprego estrutural, representou uma das principais causas do enfraquecimento do poder de negociação dos sindicatos nas campanhas salariais. Também com relação a este tema não são apenas os partidos à esquerda do centro (SPD, Verdes e “Die Linke”) que reconhecem a necessidade de mudança - recentemente até a CDU pretende limitar os “abusos” do trabalho temporário. Na verdade, seria necessário um fortalecimento muito mais sistemático do lado dos trabalhadores para voltar a uma distribuição mais justa do valor agregado criado.

Ao mesmo tempo, o sistema exportador alemão não deve ser considerado como demasiado fraco. Os excedentes comerciais maciços da Alemanha na zona do euro com certeza encolherão nos próximos anos, dado que a procura desta região simplesmente esmorecerá em consequência das políticas de austeridade. Porém, a Alemanha conseguiu reduzir significativamente a sua dependência da Europa no que toca às exportações nos últimos anos. Enquanto em 1991 mais de 50 % das exportações alemãs ainda se destinavam para a zona do euro, esta participação representava apenas 37,5 %

em 2012. Simultaneamente, houve um incremento nas exportações para os “mercados emergentes” fora da Europa: O forte crescimento dos BRICS foi realmente bem aproveitado pelas empresas alemãs.<sup>29</sup> Enquanto este crescimento perdurar, a estratégia de crescimento alemã pode continuar dando certo. Neste caso, os exportadores alemães ainda se beneficiam da subvalorização relativa do euro, pois se fosse uma moeda apenas alemã, esta seria muito mais cara por causa dos enormes excedentes da balança de transações correntes. De acordo com cálculos do banco Morgan Stanley, o euro está subvalorizado em aproximadamente 13 % para a Alemanha.<sup>30</sup> Mesmo no longo prazo, as perspectivas de uma estratégia de crescimento voltada para o mercado global é avaliada positivamente pelos economistas. Para tal, contudo é necessário que as consequências, os assim chamados efeitos “spill over” cheguem mais na economia nacional. Diferentemente do passado, o sucesso exportador precisa ser aproveitado com efeitos sobre os salários e a distribuição de renda para dinamizar o consumo.<sup>31</sup> Caso isto não aconteça, o crescimento continuará aquém das possibilidades no futuro.

O “globalismo” de longo prazo desta estratégia não diminui a relevância da discussão sobre o papel da Alemanha na zona do euro. Ao contrário, o risco que a estratégia de crescimento orientada a exportação unilateral praticada até agora seja continuada é grande, o que teria consequências desastrosas para as perspectivas econômicas dos países mais fracos da zona do euro. “A política econômica alemã deve colocar o foco mais no desenvolvimento da economia doméstica a fim de reforçar as importações e assim ajudar os países com déficits na balança de transações correntes a baixá-los. Esta medida nem seria uma estratégia altruísta, mas também estaria no interesse da Alemanha, pois nem mesmo para a economia alemã é desejável continuar com o “bu-

---

29. Die Welt, Deutschland emanzipiert sich von der Eurozone, 8.2.2013, <http://www.welt.de/wirtschaft/article113496041/Deutschland-emanzipiert-sich-von-der-Euro-Zone.html>, consulta realizada em 3.9.2013.

30. Die gespaltene Währungsunion, jornal Frankfurter Allgemeine Zeitung de 25.2.2013, p. 28.

31. Bert Rürup/Dirk Hinrich Heilmann: Fette Jahre. Warum Deutschland eine glänzende Zukunft hat, editora Hanser, 2011.



business as usual”, dado que tal implica em importantes perdas de crescimento no médio prazo” escrevem economistas do Instituto de Macroeconomia (IMK) que coopera com sindicatos.<sup>32</sup>

#### 4. Salvação do euro como tema central dos próximos anos

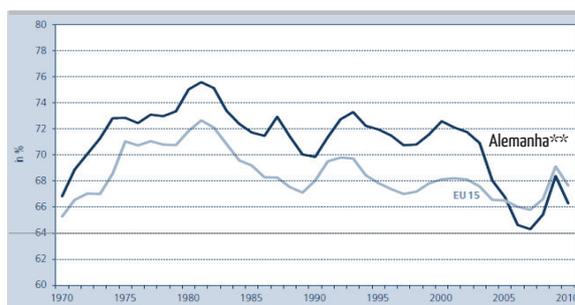
A questão que dominará os debates da política econômica nos próximos anos será a salvação do euro. Existem margens de manobra para a política, mas são margens bem delimitadas. A maioria da população não aceita que os custos da salvação do euro devam ser suportados pelos alemães. Afinal de contas, não foram os consumidores alemães que contraíram dívidas gigantes, evitaram o pagamento de impostos e fizeram especulação imobiliária. Do outro lado há, porém, um consenso claro da elite abastada e da elite funcional,<sup>33</sup> as quais declaram que não há alternativa à zona do euro (Angela Merkel). Assim sendo, a relação de forças políticas está relativamente clara: No jogo de interesses entre opinião da população e da elite, costumam prevalecer os interesses da última. Por isso, o governo seguirá uma política de integração reforçada e fortalecimento do papel da Comissão Europeia em Bruxelas. Independentemente da coalização governamental, a Alemanha será muito provavelmente favorável a uma gestão comum das dívidas na zona do euro. Podemos imaginar a participação na criação de um fundo europeu de resgate da dívida (fonds de rédemption ou fonds européen d’amortissement em francês). Em contrapartida, é provável que sejam exigidas disposições mais restritivas para a política fiscal e orçamentária quer dizer um maior esvaziamento dos direitos parlamentares dos países da zona do euro. Até mesmo a criação de uma união bancária continuará a ser promovida por Berlim, contudo sem pressionar por uma aceleração maior. O setor financeiro alemão não está interessado em ser forçado a assumir a responsabilidade por dívidas contraídas anteriormente por bancos insolventes na Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. Ademais, poderá haver mais medidas simbólicas na área das iniciativas em prol do mercado de trabalho, sobre-

tudo, ações direcionadas aos jovens. Igualmente é provável que as próximas propostas de Berlim relativas à política econômica defendam uma certa flexibilização dos requisitos de austeridade cobrados do grupo de devedores. Investimentos europeus de longo prazo em infraestrutura e educação deixaram de ser um tabu nas discussões. Porém, o ceticismo com relação à eficiência destes programas persiste.

A probabilidade de passos mais ousados serem contemplados parece remota no momento. Levar o sentimento da população em consideração (ainda) é inevitável hoje em dia para a política em sistemas democráticos. Além disso, não há uma base jurídica adequada para medidas de integração muito mais amplas tanto na opinião pública quanto na percepção de muitos políticos, economistas e juristas alemães. Para piorar, na avaliação de muitos observadores alemães, todas as medidas de salvação do euro nem resolvem o problema central dos países endividados (Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha): a falta de competitividade das suas empresas em termos de preços e tecnologia bem como o superendividamento público e privado. Nos próximos anos, a Alemanha empreenderá relativamente muitos esforços visando à preservação do sistema do euro, todavia não terá a capacidade nem a vontade de compensar de forma duradoura as consequências sociais e econômicas da perda de competitividade associada ao euro dos países periféricos da zona do euro.<sup>34</sup>

Gráfico 1

#### Desenvolvimento da taxa dos salários\* na Alemanha (participação dos salários no PIB)



Fonte: Comissão Europeia (AMECO) WIFO.

Notas: \*Salários em % do produto nacional (PIB) (produto nacional líquido menos taxas sobre a produção - subsídios); \*\* Alemanha até 1990 refere-se apenas à Alemanha Ocidental.

32. Joebges/Lindner/Niechoj, vide acima, p. 18.

33. Ver quanto aos princípios: Wolfgang Streeck, *Gekaufte Zeit - Die vertagte Krise des demokratischen Kapitalismus*, Berlim: Suhrkamp, 2013.

34. Fritz W. Scharpf, *De nouveaux abandons de souveraineté ne permettront pas non plus de sauver l'euro*, FES Paris, Analyses et documents, julho de 2013.



## Sem alternativas a uma grande coalizão?

Frank Decker e Eckard Jesse,  
outubro de 2013

A República Federal da Alemanha é não apenas uma democracia multipartidária, mas também uma democracia baseada em coalizões. Até hoje, todas as eleições para o Bundestag (a câmara baixa do Parlamento) resultaram em governos de coalizão, mesmo em 1957, quando a União Democrata Cristã (CDU) atingiu uma maioria absoluta. Somente em 1960/61 a aliança CDU/CSU (União Social Cristã) governou sozinha. Na recente eleição, ninguém esperava, mas uma maioria absoluta esteve ao alcance da CDU/CSU, ainda que tivesse “somente” 41,5% dos votos. A razão: 15,7% dos votos não entraram no cômputo final porque os partidos que os receberam não ultrapassaram a barreira mínima de 5%.

Às vésperas das eleições para o Bundestag, uma coalizão do Partido Social Democrata (SPD) com o Partido Verde tornou-se aritmeticamente irrealista; já uma coalizão SPD-Partido Verde-Partido da Esquerda era politicamente irrealista. Por outro lado, havia três coalizões realistas, todas com Angela Merkel como primeira ministra: CDU/CSU-Partido Democrata Livre (FDP), CDU/CSU-SPD e CDU/CSU-Partido Verde. A primeira opção evaporou-se quando o FDP ficou abaixo da barreira de 5%. Assim, surgiu a perspectiva de uma coalizão que atravessasse o espectro político, já que tanto um governo minoritário quanto uma nova eleição estavam fora de questão. Contudo, tais coalizões são sempre difíceis. Isto se dá por causa dos descontentamentos internos nos partidos em questão, por um lado, e por causa dos problemas envolvidos para se conciliar diferentes posições quanto às políticas de governo, por outro.

A vitória da CDU/CSU está se mostrando, cada vez mais, uma vitória de Pirro. Sua força é, ela mesma, também sua fraqueza. Por um lado, falta-lhe um parceiro “natural” de coalizão, na forma do FDP; por outro, os social democratas e os verdes não se entusiasмам com a perspectiva de “arranjar uma maioria” para a CDU/CSU – apesar dos

resultados eleitorais inesperadamente ruins, que demonstram sua fraqueza. Na eleição, o papel de partido de oposição não rendeu dividendos: o SPD conseguiu melhorar seu pior resultado da história da República Federal – 23% em 2009 – em apenas 2,7 pontos percentuais. O Partido Verde chegou até a perder 2,3 pontos percentuais. Os três partidos “de esquerda” perderam 3 pontos percentuais no cômputo geral, ao passo que os três partidos “de centro-direita” (se incluirmos a Alternativa para a Alemanha) ganharam 2,6 pontos percentuais. Entretanto, em termos de assentos, o contrário se revelou verdadeiro: a maioria de votos da “centro-direita” se transformou numa maioria de “esquerda” no Parlamento.

Como o parceiro menor pode se beneficiar também? Claro, o SPD e os verdes estão criando caso para entrar numa coalizão com a CDU, por várias razões. A dimensão tática é apenas uma delas. Outra, é que o SPD e o Partido Verde têm reservas profundas. Para os social democratas, o trauma da última grande coalizão – da qual saíram com uma queda percentual de dois dígitos em sua votação – continua exercendo seus efeitos. Entretanto, é simplista demais – até auto-sugestivo – pôr a culpa por isso, quase que mecanicamente, na grande coalizão.

Observações empíricas de grandes coalizões anteriores em âmbito federal e estadual mostram que elas nem sempre beneficiam o parceiro maior. Da mesma maneira que o SPD conseguiu passar de parceiro minoritário de uma grande coalizão a liderar uma coalizão com o FDP em 1969 em âmbito nacional, ele também desbancou a CDU como principal partido governante no estado de *Mecklenburg-Vorpommern* (1998) e em Berlim (2001), ambas as vezes com a ajuda do Partido do Socialismo Democrático (PDS). Somente quando ele já vinha de uma posição bem mais fraca que a CDU – como em Baden-Württemberg (1996), *Thüringen* (1999) e Sachsen (2009) – ele passou para oposição após um período de governo numa grande coalizão. Estes exemplos destacam a importância de se poder formar uma coalizão. O resultado fraco do SPD na recente eleição para o Bundestag também se deveu ao fato de que ele tinha poucas perspectivas de alcançar o poder. De acordo com as pesquisas de opinião, a coalizão com os verdes que ele



propunha nunca se aproximou de obter a maioria. Os social democratas e os verdes tinham se deixado iludir por seus êxitos nos estados que compunham a antiga Alemanha Ocidental, nos quais, graças ao efeito normal de eleições regionais realizadas no transcurso de uma legislatura nacional e à queda do Partido da Esquerda, eles haviam conseguido desalojar quatro governos estaduais da coalizão CDU-FDP (Baden-Württemberg, *Nordrhein-Westfalen*, Schleswig-Holstein e *Niedersachsen*). Era previsível que este cenário não poderia ser transferido para o plano nacional. Assim, os social democratas se viram na mesma situação de 2009: eles não estavam jogando para ganhar, mas apenas por um lugar.

### O que uma grande coalizão poderia alcançar

Os ganhos eleitorais do SPD se deveram principalmente à debilidade dos partidos Verde e da Esquerda, dos quais tirou cerca de 920.000 votos. Do campo da centro-direita, ele ganhou muito pouco: 140.000 votos. A razão principal do fraco resultado do partido foi não ter conseguido mobilizar os não-votantes. Eleitores que em 2009 deram as costas ao SPD em massa, dessa vez também ficaram em casa ou votaram na CDU/CSU. Esta última acabou por conseguir conquistar três vezes mais eleitores anteriormente não-votantes que o SPD (1.130.000 contra 360.000).

Pesquisas de opinião mostram que os apoiadores do SPD de forma alguma rejeitam a idéia de uma grande coalizão; os que a aprovam são mais ou menos dois terços, uma proporção praticamente igual àquela dentre os apoiadores da CDU/CSU. Isto não se coaduna totalmente com a impressão disseminada por lideranças do SPD de que a base se opõe amplamente a uma grande coalizão. Porém, esta oposição é facilmente explicável: os dirigentes partidários são mais céticos por causa da folgada dianteira de que desfruta a CDU/CSU (15,8%).

O fato de que as reservas provêm predominantemente de regiões em que o SPD está no poder se deve não apenas ao medo da derrota nas próximas eleições municipais e estaduais. O conflito de inte-

resse entre as organizações regionais do partido e o SPD nacional também tem o seu papel. As primeiras presumem que seria mais conveniente permanecer em oposição ao governo federal; neste caso, os estados governados pelo SPD, com sua maioria no Bundesrat (a câmara alta do Parlamento), poderiam combater o governo federal liderado pela CDU/CSU na forma de uma tropa coesa. Eles poderiam pressionar o governo federal para que aumentasse o volume de recursos destinado aos estados. Entretanto, se o SPD fizesse parte de uma grande coalizão, os dignatários dos estados teriam que entrar em acordo com a direção nacional do partido e com os ministros do SPD, que, em sua capacidade oficial, seriam obrigados automaticamente a privilegiar o interesse nacional.

Saindo da perspectiva do partido, ou da perspectiva interna do partido, e passando para o interesse do Estado como um todo, há muitos argumentos em favor de uma grande coalizão, especialmente com relação ao federalismo. Diversos temas, como a criação de um teto constitucional para a dívida pública e o questionamento pelos estados ricos do sul do atual sistema de equalização financeira, requerem uma reforma fundamental do sistema fiscal federativo. Ademais, uma grande coalizão poderia abolir a proibição de cooperação entre instituições nacionais e regionais no campo da educação, introduzido pela grande coalizão anterior em 2006.

Por outro lado, o dano à democracia causado por uma grande coalizão é evidente. A CDU/CSU e o SPD juntos controlariam quatro quintos dos assentos no Bundestag. A falta de musculatura dos dois partidos de oposição os privaria da capacidade de exercer direitos de supervisão substanciais, como a nomeação de comissões de inquérito ou a realização de revisões judiciais. Uma grande coalizão demonstraria nobreza política se reduzisse de 25% para 20% o patamar mínimo para tal. Fora isso, uma coalizão dos dois principais partidos deveria continuar a ser a exceção.

*O texto original em alemão foi publicado na Berliner Republik, nº 5/2013, pp. 22-24.*



## Patriotismo da Estabilidade versus Justiça Social: Discursos e Estratégias de Comunicação do Governo e da Oposição

**Christian Kellermann e Benjamin Mikfeld, dezembro de 2013**

Como explicar o resultado da eleição de 22 de setembro? Por que os eleitores acreditaram mais na chanceler em exercício, Angela Merkel, do que na oposição? Este artigo propõe-se a analisar quais discursos foram decisivos, que sentimentos, desejos e temores as campanhas partidárias suscitaram e que influência isso teve no resultado final. Nesta contribuição não examinamos, contudo, os tópicos usuais da análise eleitoral, tais como os números das pesquisas relativos à competência e a imagem dos partidos e de seus principais candidatos. Concentramo-nos tão somente na situação econômica e em como ela foi percebida pelos eleitores, uma vez que isso foi decisivo.

### O arcabouço central: crise e Europa

Uma característica específica e definidora desta eleição foi o contraste entre relativa estabilidade na Alemanha e instabilidade econômica em outras partes da Europa. Essa questão (embora implicitamente) em muito determinou quais políticas foram percebidas como “certas” e “erradas” (ou “boas” e “más”) durante a campanha. Nesse contexto, a evolução da crise financeira global iniciada em 2008 desempenhou um papel destacado. Angela Merkel foi bem-sucedida em reinterpretar a crise do capitalismo financeiro como uma crise de dívida de estado – e, portanto, como um fracasso do estado e não do mercado.<sup>1</sup> Esse modelo também serviu de

1. Sua tarefa foi facilitada pela maneira como a crise financeira pegou o SPD despreparado. No governo em 1998, o próprio partido havia participado da liberalização dos mercados financeiros na esperança de que isso estimularia o crescimento. Tentativas de introduzir correções não foram perseguidas com a necessária energia e permaneceram restritas ao nível técnico, sem enfrentar os problemas sistêmicos. Em última instância, houve pouca compreensão da necessidade de análise política e econômica de uma cepa do capitalismo que é impulsionada pelos mercados financeiros.

base para sua compreensão da crise durante o ano eleitoral, em linhas gerais a de que o problema fundamental dos países em crise era sua enorme dívida e falta de competitividade. A receita para a Europa era “mais remédio alemão” – e isso significava, sobretudo, austeridade e reformas estruturais. Esse discurso liberal/conservador da crise predominou até o fim do ano eleitoral de 2013. Os indicadores das pesquisas da Chanceler Merkel quebraram recordes sucessivos até o fim. Ela era a “protetora de nossa moeda” e a garantia de “estabilidade e ordem na Europa”. E quanto mais alta se fazia a crítica externa da “via alemã”, maior sua popularidade interna.

Nesse sentido, as coordenadas econômicas da campanha eleitoral podem ser resumidas em três pontos:

1. Uma bem-sucedida intervenção na crise e a boa fase da economia e finanças públicas alemãs (graças a taxas de juro baixas e a um euro fraco) fizeram da Alemanha um “milagre” econômico e empregatício invejado globalmente.

2. Embora esse “milagre” seja frágil, já que dependente de muitos fatores externos, na Alemanha em nenhum momento a crise é percebida como sendo premente. A não simultaneidade da crise (nenhum sintoma agudo na Alemanha, contra depressão profunda em grandes partes da Europa e do resto do mundo) tornou-a uma questão abstrata, “lá de fora”, que deveria ser mantida à distância. No máximo havia preocupações de que “nosso” dinheiro pudesse ser gasto na crise “deles”.

3. No auge da crise financeira os conservadores traçavam uma distinção entre a bem-sucedida “economia social de mercado” alemã e o capitalismo desregulado “lá de fora” ou dos Estados Unidos. Posteriormente, os Estados sobre-endividados da Europa tornaram-se a antítese do modelo alemão. No ano eleitoral de 2013 o debate político foi marcado por duas visões distintas da situação na Alemanha.

■ A perspectiva do governo concentrava-se na relativamente boa situação econômica. A economia alemã era apresentada como a locomotiva do crescimento da Europa, ainda que a taxa de crescimento de 2012 tivesse sido de apenas 0,7%. A taxa de desemprego de sete por cento era baixa comparati-



vamente. Com esse cenário de fundo, o governo se declarou “o melhor governo desde a reunificação”.

■ A perspectiva da oposição dirigia-se às complexidades e contradições da situação socioeconômica e buscava salientar quatro aspectos negativos principais. Primeiro, que a evolução do mercado de trabalho não era tão positiva, já que a Alemanha concentrava então o maior setor de baixos salários da Europa e via proliferar o uso indevido do trabalho temporário e da terceirização e subcontratação. Segundo, como asseverado pela oposição, a desigualdade da riqueza privada continuava a aumentar e, de fato, acelerou-se nos dias que se seguiram à crise financeira ao mesmo tempo em que o déficit orçamentário do Estado crescia com vigor. Terceiro, investia-se muito pouco na Alemanha em comparação com a média da UE. E por fim, como quarto ponto da oposição, relevantes tendências de preço passavam a afetar bens e serviços básicos (especialmente alugueis residenciais e tarifas de eletricidade).

As tendências econômicas relativamente positivas dos anos que precederam a eleição mudaram a percepção do eleitorado. Ao longo de toda a década anterior o desemprego fora identificado pelas pesquisas como um problema central. Porém, a partir de 2011 a ele juntava-se a questão da “crise do euro/crise da dívida”, que por algum tempo se tornou o problema mais importante para o público. Preocupações pessoais de ordem material agora lideravam as pesquisas acerca “das preocupações dos alemães”. Essas vagas preocupações coincidiram no final de 2010 com uma reviravolta na avaliação popular da situação econômica de modo geral. Desde então a proporção de cidadãos que consideram a situação econômica “boa” tem superado aquela dos que acreditam que ela esteja “ruim”. Assim, a partir desse momento o curto desabrochar de uma política keynesiana anticrise tinha pouco a oferecer a uma campanha eleitoral progressista.

### **Duas estratégias de discurso: Estabilidade e segurança versus justiça social**

Essas diferentes perspectivas também marcaram as fronteiras entre os campos políticos. Enquanto a quase totalidade do campo conservador governista propagava “manter o curso”, o campo progressista

visava uma mudança de direção política. Logo, os dois campos perseguiram estratégias de discurso distintas durante a campanha eleitoral.

### **A estratégia de discurso do campo conservador: “Alemanha, mantenha o rumo”**

O campo conservador governista apoiava uma estratégia de discurso construída em torno da promessa central de “estabilidade pela manutenção do curso”. Implicitamente, os partidos cristão-democratas (a CDU e a CSU) aproveitavam-se de suas reputações enquanto “os naturais partidos do governo” e de sua tradicional imagem de maior competência em questões econômicas. Alusões à relativamente boa situação econômica e à “via alemã” de lidar com a crise sempre objetivaram, portanto, servir de alertas de que mudar o governo só poderia piorar as coisas. O Secretário-Geral da CDU, Hermann Gröhe, explicitamente colocou a estratégia conservadora em uma tradição histórica: “Adenauer conquistou uma grande vitória eleitoral com o alerta ‘sem experiências’”.<sup>2</sup> Ainda hoje isso daria uma excelente bandeira.

A estratégia do discurso conservador consistiu em três elementos:

■ O mais importante foi a personificação da promessa de estabilidade pela Chanceler Merkel; sua reputação em termos de credibilidade e competência avançou muito adentro do eleitorado progressista. Enquanto sua indefinição era criticada pelos adversários políticos (“às vezes sou liberal, às vezes sou conservadora, às vezes sou cristã e social”), o público não interpretava isso como tal, mas, pelo contrário, como ‘desideologização’ e pragmatismo. Sua maneira aparentemente calma e amistosa tornava-a ainda a antítese do estereótipo (em geral masculino) do político soberbo.

■ O segundo elemento foi embrulhar a mensagem do sucesso econômico em uma “narrativa nós”.

2. Konrad Adenauer foi o primeiro Chanceler da Alemanha Ocidental no período compreendido entre 1949 a 1963. Até hoje ele simboliza estabilidade e continuidade na política alemã do pós-guerra.



Por meio de nossas próprias reformas e trabalho árduo nós, alemães, juntos lançamos as bases de nosso destino econômico. Uma mensagem “nós” é tanto mais eficiente emotivamente quanto esta possa ser contrastada com aquela dos “outros”: “Eles” sendo os países europeus superendividados dos quais a poupança dos alemães deve ser protegida. O patriotismo da estabilidade propagado pelos conservadores alicerçava-se sobre bem estar doméstico e dissociação externa. A Alemanha adotava o papel de capataz e disciplinador da União Europeia.

■ O elemento de número três consistiu em desarmar as promessas de igualdade da esquerda. Primeiramente, certas demandas políticas muito populares (tais como um salário mínimo estatutário e um teto para aluguéis) foram incorporadas e, assim, pelo menos em parte, neutralizadas. Em segundo lugar, as propostas tributárias da oposição foram apresentadas como uma gravíssima ameaça ao sucesso econômico (bem como injustas e desnecessárias). “Receitas tributárias recordes” para o Estado, argumentavam os conservadores, tornavam supérfluos os aumentos de impostos e apenas acarretariam maior distorção e redução de renda para muitos. O foco era a “classe média” e seu crescente temor de aumentos da carga.

### **Estratégia de discurso do campo progressista: “Uma Alemanha mais justa”**

O campo progressista ou de esquerda basicamente compreendia o SPD, o Partido Verde e o partido A Esquerda. Estes compartilhavam a mensagem de que o país tinha um problema de equidade que era tanto social quanto economicamente contraproducente. A promessa central era mais ou menos assim: “mais prosperidade sustentável pela [via da] justiça social”. E aquela veio acompanhada de uma série de demandas, incluindo um salário mínimo oficial, igualdade de gênero, aumentos tributários sobre as rendas mais altas, uma pensão mínima para os de menor salário e limites aos aluguéis e preços de energia, ao mesmo tempo em que dava continuidade à mudança em direção à energia renovável. Aqui também a estratégia do discurso alicerçava-se em três elementos. Primeiramente, era inconteste que a situação econômica estava relativamente bem. Mas isso era explicitamente interpretado como tendo sido parcialmente criado por políticas anteriores do

próprio SPD e, até certo ponto, também do Partido Verde (Agenda 2010, pacotes de crescimento da grande coalizão de 2005–2009), e não como reflexo de uma economia particularmente inovadora. Mas, acima de tudo, apontava-se para os déficits sociais do país (sobretudo no mercado de trabalho). A ideia era confrontar o quadro cor de rosa dos conservadores com uma perspectiva distinta. Em segundo lugar, os aumentos de impostos propostos eram descritos não apenas como socialmente necessários, mas ainda como economicamente sensíveis. Os progressistas falavam em uma “economia equitativa”. Acima de tudo, investimentos públicos inadequados nas áreas de educação, atendimento infantil e infraestrutura eram citados como prova de que o financiamento público era insuficiente. Em terceiro lugar, buscou-se apresentar o governo como hesitante e paralisado (por exemplo, com relação à gestão da política energética) e a Chanceler Merkel como desorientada. .

### **As estratégias de discurso comparadas**

Uma olhada às pesquisas de opinião mostra que por certo havia maiorias em favor de certas políticas progressistas. Medidas pontuais, como o salário mínimo, registravam índices de aprovação estáveis em 70%, 80%. Entretanto, isso não foi suficiente como fator de mobilização. Um problema central para os desafiadores foi a falta de uma linguagem para os seus próprios projetos, uma linguagem capaz de opor um presente e futuro melhores contra o “manter o curso” conservador. O discurso conservador concentrou-se em debater detalhes específicos relativos às políticas em vez de lançar questões que delinhassem a visão de uma sociedade melhor. O “quadro maior” não era visível o bastante.

O campo conservador, por outro lado, fez um trabalho bastante bom em harmonizar suas diversas esferas. A argumentação na esfera das políticas era esparsa, se tanto, visando principalmente rechaçar as propostas da oposição. Por outro lado, dava-se peso consideravelmente maior à esfera mais fundamental – “Sem experiências! Mantenhamos o curso! Está tudo bem!” –, que era apoiada por uma narrativa que inseria a situação atual no contexto político e histórico. O campo conservador foi hábil em transformar a estória de crise dos anos mais recentes em uma narrativa coerente – o campo progressista não o foi. En-



fim, os desafiantes careceram de uma visão política, um conceito intelectual e comunicativo que juntasse as propostas de políticas individuais. Certamente o campo progressista também foi prejudicado pelo cenário midiático, que, de modo geral, deu as costas ao discurso progressista. Do outro lado, reconhecia-se uma clara vontade na mídia conservadora de dar apoio discursivo à retórica do governo.

Ademais, houve claros problemas com relação a questões particulares. Sobre “o futuro do euro”, um tema percebido pelo público como uma ameaça e, portanto, uma prioridade, o campo progressista não tinha propostas distinguíveis a oferecer. De fato, evitava-se a discussão. Como, no passado, o SPD e os Verdes tinham dado apoio no parlamento alemão, o Bundestag, às medidas de resgate mais importantes do governo, não estavam em posição de atacar a Chanceler nessa importante área de competência. Não havia um discurso progressista alternativo acerca de política europeia que fosse além de medidas pontuais (além de contestadas ou técnicas) acerca da política econômica e financeira europeia. Na Europa, a esquerda política sucumbiu a uma quase incontestada dominação do “patriotismo da estabilidade” conservador. Comunicar os aumentos tributários planejados também se mostrou complicado. Enquanto os conservadores insuflavam medos e insistiam em que as receitas dos impostos estavam mais altas do que nunca, a oposição tinha que fornecer explicações em três níveis. Em primeiro lugar, tinha que explicar que 90 ou 95 por cento da população não seria afetada pelos aumentos propostos. Em segundo lugar, tinha que mostrar que aumentos de impostos também eram do interesse da sociedade como um todo. E em terceiro lugar, os efeitos de certas medidas (a eliminação progressiva do benefício tributário concedido a casais unidos por matrimônio ou a introdução de um imposto sobre transações financeiras) também tinham que ser justificados.

### **As alternativas nas letrinhas**

Em nenhum momento durante o ano eleitoral houve um genuíno sentimento de mudança, no sentido de uma maioria para um governo (e políticas) completamente novo. Ainda que o trabalho do FDP na coalizão não tenha merecido maior consideração, a CDU e a CSU saíram-se como verdadeiros partidos de massa. Em todos os grupos populacionais (dife-

renciados por idade, educação, gênero e profissão), exceção feita aos desempregados, os democrata-cristãos apareciam como o partido mais forte nas pesquisas – e na própria eleição. Seria esse resultado de fato a confirmação de que efetivamente não havia “nenhuma alternativa”, como afirma Angela Merkel?

De nossa perspectiva analítica, essa questão deve ser respondida com um “sim”, no sentido de que embora possam ter havido microalternativas claras em nível de políticas, no final estas não foram articuladas de maneira a produzir uma totalidade “alternativa”. Como indicado pelo baixo comparecimento às urnas de 71.5 por cento, não houve uma questão central polarizadora ou que mobilizasse o eleitorado na campanha. Na opinião veiculada e na percepção de extensas parcelas da população, a situação do país era boa e a mensagem de “manutenção do curso” do campo governista encontrava eco. A estratégia do discurso conservador evitava debates sérios sobre questões concretas, enquanto adotava a tendência de fazer com que o outro lado defendesse suas políticas, especialmente a tributária. Desde 2010, o campo conservador obtivera sucesso em reconquistar a soberania discursiva sobre a crise econômica, interpretando-a como uma “ameaça externa” de “países endividados”. Angela Merkel em pessoa era vista como a fiadora da estabilidade econômica, ao passo que não se sabia ao certo o que seu desafiante do SPD representava. A resposta do SPD e do Partido Verde aos fracassos do capitalismo financeiro era demasiado técnica. Não havia uma estratégia para uma real reviravolta ideológica e programática do tipo visto nas crises de 1930, quando o keynesianismo se estabeleceu, ou nos anos 1970, quando a mudança neoliberal foi instituída. Embora o encanto do liberalismo econômico tenha se perdido nos últimos anos, isso de modo algum levou automaticamente à predominância da perspectiva progressista. Os conservadores conseguiram mais uma vez contar a velha e boa estória de moeda forte e sucesso econômico, que eles vincularam à “economia social de mercado”, da qual a CDU se considera inventora. Nesse contexto, os manifestos progressistas emperraram nas letrinhas e falharam enquanto alternativas comunicáveis críveis.

*Este artigo é uma versão condensada de uma análise mais extensa acerca da campanha eleitoral a ser publicada em breve.*



## O partido que não gosta de seu país?

Ernst Hillebrand, dezembro de 2013

O resultado da eleição de 22 de setembro encerra vários ensinamentos. A maior parte já foi desenvolvida e discutida. Sim, é óbvio que houve um descompasso entre o objetivo da campanha, ou seja, reconquistar os eleitores perdidos em 2005 e 2009 por causa da Agenda 2010, e um candidato que encarnava esta agenda como quase nenhum outro. Após todas as suas trapalhadas pessoais iniciais, a campanha de Peer Steinbrück não conseguiu remover os estereótipos negativos associados a ele: um morto-vivo, durante dez longos meses. O desvanecimento durante a campanha de qualquer perspectiva real de uma maioria conjunta do Partido Social Democrata (SPD) e do Partido Verde foi tão prejudicial quanto a tentativa dos verdes de roubar eleitores do SPD usando uma agenda eleitoral de esquerda. Após 23 anos, a estratégia de isolamento com relação ao Partido da Esquerda também se esgotou, e por enquanto o SPD não conseguirá formar uma coalizão majoritária sem ele.

No entanto, nada disto é suficiente para explicar a derrota do SPD e, ademais, as dimensões desta derrota. As razões residem num plano totalmente diferente. O problema principal da campanha do SPD em 2013 foi a sua completa incapacidade de dialogar com o estado emocional do país. Tal estado não era terrivelmente difícil de detectar: dados de todo tipo de pesquisas de opinião indicavam que a maioria dos alemães se sentia em paz consigo mesma e com seu país. E este estado de coisas não era resultado de uma campanha eleitoral habilidosamente lenta conduzida pela União Democrata Cristã (CDU). Era, sim, resultado da situação econômica e política do país, na qual as pessoas baseavam suas avaliações. Pesquisadores de mercado do Instituto Rheingold em Colônia descreveram o humor da Alemanha logo antes da eleição como “paraíso ameaçado”, dominado por um desejo de “fazer o presente durar para sempre”. Nas palavras do instituto, “o desejo de preservar o paraíso ameaçado Alemanha atualmente une os campos políticos”. Muitos dados – de como as pessoas avaliavam

sua situação econômica pessoal, ao clima geral de consumo e investimento – mostravam um país que se considerava uma ilha de estabilidade num continente abalado pela crise. Em setembro, somente 8% da população encaravam seu futuro econômico pessoal com pessimismo.

Seria inteiramente errado dizer que um ambiente fundamentalmente positivo seria necessariamente um problema para a campanha eleitoral social democrata. Pelo contrário: a precariedade dos empregos e os baixos salários são um escândalo precisamente porque a economia e os negócios estão indo tão bem. Para citar novamente os pesquisadores de mercado do Instituto Rheingold: “Por todo o espectro partidário, 81% dos eleitores dizem que a justiça social deveria ser a meta primordial do governo alemão, [...] entrevistados de esquerda apontam a solidariedade, o compromisso social, a justiça e a igualdade de oportunidades como os valores centrais de um país que tem a ‘consciência tranquila’. As pessoas deste campo político também se orgulham do fato da Alemanha ter conseguido sair da crise e gostariam que a estabilidade continuasse.” O principal problema da campanha do SPD foi que ela desconsiderou completamente estes sentimentos. Nós nunca realmente tentamos direcionar nossa atenção ao orgulho que as pessoas têm deste país e das coisas pelas quais trabalharam e alcançaram.

Claro está que uma campanha de oposição está sempre sujeita a constrangimentos desse tipo: ela precisa criticar e não afirmar. Mas a crítica poderia ter sido cunhada em termos diferentes. A retórica e o simbolismo da campanha poderiam ter sido baseados numa narrativa de “reconhecimento” do desempenho robusto deste país e seus esforços de consolidação feitos no passado. Uma campanha com tal positividade teria sido incrivelmente fácil de fazer porque na verdade foi o SPD que concebeu e organizou muitos dos processos de reforma que permitiram que a Alemanha superasse a crise. Poderíamos ter dito o seguinte às pessoas: “Vocês são bons, mas estão sendo governados de um jeito que não lhes faz justiça. Vocês produzem todas essas coisas maravilhosas que o mundo todo quer ter. Vocês são os campeões mundiais de exportações. E vocês têm direito de ser também campeões mundiais em educação, qualidade de vida e infraestruturas”.



tura.” Mas nós não nos utilizamos nem um pouco disto. Ao invés disso, conduzimos uma campanha eleitoral em grande medida desprovida de empatia ou simbolismo positivo.

Basicamente, a nossa campanha mais uma vez caiu na eterna armadilha de todas as campanhas da esquerda. A importância da “dimensão pré-cognitiva”, emocional das decisões políticas foi completamente subestimada ou, pior ainda, mal calculada. Nós citamos Drew Westen, mas não implementamos as suas idéias. A CDU não caiu nesta armadilha, e captou muito habilmente o humor do país. Num jogo totalmente diferente, sua campanha se sintonizava sistematicamente a mensagens emocionais. Isto também se aplicou ao enquadramento negativo dado à personalidade de Peer Steinbrück e à campanha inescrupulosa sobre “pedofilia” contra os verdes: em ambos os casos não se tratava da questão propriamente dita e sim de solapar a credibilidade moral da oposição. Por outro lado, o eixo central da campanha dos conservadores era promover o otimismo e comunicar a mensagem “Nós somos a Alemanha”, chegando até ao colar com as cores da bandeira nacional que Angela Merkel usou no debate televisionado com Steinbrück. Dado o ambiente geral de “alemães em paz consigo mesmos” e a percepção muito difundida de que a União Européia é uma potencial fonte de problemas e perigos, tudo isso fazia sentido – e, com efeito, deu resultado.

Então a perspectiva realmente preocupante que se abre por meio do resultado de 22 de setembro é a de uma situação como a do estado da Baviera, onde os conservadores reinam supremos há muitos anos, se reproduzir em âmbito nacional. A CDU está procedendo a reivindicar para si um monopólio sobre a sensação positiva de identidade nacional que já existe na Alemanha há algum tempo. O SPD, pelo contrário, arrisca ser visto como um partido de reclamações, um partido que não gosta do país e seus habitantes, que quer mais Bruxelas que Berlim, e que constantemente vê o copo metade vazio. O modelo da CDU para o seu papel de “Partido da Alemanha” é a União Social Cristã (CSU) da Baviera. No poder desde 1957, o partido tem uma ampla base em todos os setores da população (inclusive entre o operariado industrial), toma para si todo o

mérito pelo sucesso econômico do estado e monopoliza os sentimentos de patriotismo e identidade locais. O SPD costuma atingir cerca de 20% dos votos nesta que é a parte mais rica e moderna da Alemanha.

Há duas coisas burras que nós poderíamos fazer agora. A primeira seria nos convencermos de que realmente existe apoio majoritário para as nossas políticas entre o eleitorado, e que faltou apenas ativá-lo. O resultado da eleição conta uma história diferente. O campo conservador (CDU, o Partido Democrata Livre – FDP e a Alternativa para a Alemanha – AfD) claramente teve mais votos que a esquerda (SPD, Partido Verde, Partido da Esquerda e Partido Pirata). A segunda seria presumirmos que os eleitores simplesmente foram burros demais para compreender a beleza das nossas posições. Infelizmente, foi o contrário: nós fomos burros demais para compreender o humor do eleitorado.

Ao invés disso, precisamos refletir urgentemente enquanto partido sobre como gerar uma posição positiva com relação às realidades alemãs. Isto é da maior importância, já que muitos elementos indicam que a atual situação econômica positiva do país continuará por um bom tempo. E também é importante perceber onde a Alemanha se encontra no momento em termos sociais e políticos. Os profundos conflitos que marcaram mais ou menos constantemente a Alemanha pós-1945 – a divisão do país e o confronto ideológico da Guerra Fria, o rescaldo do fascismo e o profundo conflito moral e cultural entre a geração da guerra e seus filhos, a revolta estudantil de 1968 e o terrorismo esquerdista da década de 1970, os conflitos da década de 1980 sobre energia nuclear, a instalação de “euro-mísseis” e a sustentabilidade ecológica de nossa civilização industrial – agora estão fora do radar. A grande agitação da década de 1990, a reunificação do país, é, em grande medida, fato consumado em termos psicológicos, econômicos e políticos. Uma expressão simbólica perfeita disto é o fato de que os dois mais altos cargos do Estado alemão hoje são ocupados por “Ossis” – pessoas oriundas da antiga Alemanha Oriental – sem que ninguém fique particularmente agitado com isso. As reformas da década de 2000 perderam seu potencial explosivo porque o mercado de trabalho melhorou e os



salários reais finalmente voltaram a subir a partir de 2007 – após quase 20 anos de estagnação. A intensidade da discussão sobre imigração e suas consequências diminuiu desde o debate Sarrazin. Ao mesmo tempo, a profunda crise em muitas partes da zona do euro faz o país parecer um refúgio de estabilidade econômica e político-administrativa num continente cada vez mais instável.

A esquerda alemã precisa desenvolver – por mais difícil que possa parecer – uma mensagem política positiva e voltada ao futuro que se encaixe neste ambiente. Isto de maneira alguma significa deixar de lado as aberrações sócio-econômicas do país – pelo contrário. Mas precisamos combinar a nos-

sa crítica destas aberrações com uma mensagem emocional positiva para a população, que, fundamentalmente, não tem objeções a este país e crê – e isto também faz parte do quadro – que a “Europa” é na verdade mais problema que solução. Em âmbito estadual e municipal o SPD não tem problemas com isto, lembrando sempre do slogan de uma campanha eleitoral regional: “Nordrhein-Westfalen no coração”. Precisamos urgentemente encontrar um jeito inteligente de fazer algo parecido em âmbito nacional. Do contrário, seremos uma grande Baviera...

*O texto original em alemão foi publicado na Berliner Republik, nº 6/2013.*

## Entrevista com Oskar Niedermayer: A campanha do SPD, a debilidade do Partido Verde e as precondições para uma coalizão com o Partido da Esquerda

Novembro de 2013

**NG/FH:** O Partido Democrata Livre (FDP) ficou de fora da câmara baixa do Parlamento alemão com apenas 4,8% dos votos, ao passo que a nova Alternativa para a Alemanha (AfD) atingiu um resultado quase igual: 4,7%. Estas são meras oscilações que não nos dizem grande coisa sobre a direção que o sistema partidário está tomando?

**Oskar Niedermayer:** O resultado do FDP é um ponto de inflexão histórico do qual o partido terá

dificuldade para se recuperar, porque o partido torrou a confiança dos eleitores e porque a câmara baixa do Parlamento (Bundestag) era apenas a última peça de uma fileira de dominós que já estavam caindo. Ele já obtivera resultados fracos em diversas eleições, tendo sido removido de vários parlamentos estaduais. Sua base regional também virou pó. Ainda por cima, a concorrência do Partido Verde no campo dos direitos civis agora está sendo agravada pela concorrência no campo do liberalismo econômico da Alternativa para a Alemanha. Um segundo ponto de inflexão é que a discussão sobre o declínio ou até o fim dos partidos de massas se mostrou ser bobagem devido aos bons resultados obtidos pelos partidos democratas cristãos.

**NG/FH:** Pensando sobre a Alternativa para a Alemanha, se presumirmos que a crise do euro vá se prolongar por anos a fio, a AfD tem o potencial de entrar no Bundestag e no Parlamento Europeu nas respectivas próximas legislaturas? Afinal de contas, há partidos “euro-céticos” em quase todos os outros países europeus.



**Niedermayer:** As eleições europeias em maio de 2014 se encaixam bem nos planos da Alternativa para a Alemanha. Primeiro porque a questão abrangente da crise do euro desempenhará um papel muito maior que nas recentes eleições para o Bundestag. Em segundo lugar, porque não teremos mais a barreira dos 5% nas eleições europeias, o que naturalmente aumenta as chances da AfD. Mas se quiser ter um papel no sistema político-partidário, a AfD terá que se dissociar, com clareza e sem ambiguidade, das extremidades da direita. Se ela ficar marcada com o estigma do populismo direitista, os conservadores respeitáveis não a apoiarão. Já testemunhamos isso repetidas vezes. No passado houve dez tentativas de estabelecer um partido que atraísse os eleitores conservadores à direita da democracia cristã. Tais tentativas sempre fracassaram porque os partidos em questão sempre acabaram ficando próximos demais às extremidades da direita ou porque na verdade eram populistas de direita. Se a AfD conseguir evitar isso, se ela se tornar tanto uma alternativa socialmente conservadora à democracia cristã quanto uma alternativa pró-livre mercado ao Partido Democrata Livre, aí sim eu vejo uma chance dela se estabelecer no médio prazo.

**NG/FH:** O Partido Social Democrata (SPD) e o Partido Verde não chegaram nem perto de explorar seu potencial eleitoral pleno. Quais foram as razões? **Niedermayer:** Com relação ao Partido Verde, identifique um claro espiral descendente advindo do efeito cumulativo de três fatores. Primeiro, a situação do Partido Verde de forma alguma era tão boa quanto eles acreditavam. Durante o mandato parlamentar passado, os verdes obtiveram números muito bons nas pesquisas de opinião, com dois períodos em que chegaram a pontuar 25%. Isto fez com que alguns colegas meus começassem a discutir se os verdes não se tornariam um novo partido de massas. Eu sempre achei isso sem sentido, já que esses picos ocorreram claramente em momentos em que a agenda pública estava dominada pela questão central do Partido Verde, isto é, pela política ambiental. Mas os números não se sustentaram e se firmaram na casa dos 12%, o que teria representado uma pequena melhora com relação ao resultado eleitoral de 2009 para o Bundestag. Mas mesmo assim, uma pequena melhora, não entrando no território de um partido de massas. Então, três coisas aconteceram.

Primeiro, na etapa inicial da campanha, o Partido Verde deixou de marcar pontos no seu quesito “de berço”, isto é, a política ambiental. Ao invés disso, eles adotaram um programa fiscal que os colocou em concorrência com o Partido da Esquerda e o SPD. O Partido Verde estava tentando afirmar sua competência nesta área, mas os eleitores não engoliram. Não havia nada a se ganhar com esta questão. Mesmo se fosse verdade que as propostas fiscais dos verdes afetariam negativamente somente 10% das famílias, o problema era que 17,5% dos eleitores destas famílias votam nos verdes, de acordo com um estudo do DIW (Instituto Alemão de Pesquisa Econômica). Então uma boa proporção do próprio eleitorado teria sido afetada pelos planos fiscais deles.

O segundo erro foi a história do “dia vegetariano”, que na realidade era bem intencionado. Eles queriam elevar o nível de consciência sobre um problema, mas o que transpareceu na comunicação foi os verdes se inflando mais uma vez como o partido das proibições. Deveria ter sido previsível que a discussão avançaria como avançou.

A terceira questão foi o tratamento dado ao passado pedófilo de partes do Partido Verde. Poderia ter se lidado com o caso bem antes, para evitar que ele transbordasse para a campanha eleitoral. A questão da pedofilia em si não teria sido problemática, já que dizia respeito a fatos de um quarto de século atrás. Mas foi mais um fator a macular os ares de superioridade moral do Partido Verde. Foi o efeito cumulativo destas três histórias que criou o espiral descendente.

**NG/FH:** E o SPD?

**Niedermayer:** Eu acho que o SPD cometeu um grande erro no começo da campanha. Poderia se especular para sempre se o candidato se encaixava ao programa ou se o programa era por demais à esquerda para o candidato. Mas não havia outros candidatos disponíveis. Os outros candidatos em potencial ou não queriam ou não podiam se lançar. Isso posto, a escolha de Peer Steinbrück foi pouquíssimo profissional. A escolha afoita de seu nome significou que o partido entrou na campanha relativamente despreparado. Não havia estratégia nem



assessoria adequada. Tudo teve que ser montado a posteriori. Depois houve erros cometidos pelo candidato, que por si só eram trivialidades. Mas Steinbrück deveria saber que a mídia iria esquadrihar cada palavra sua. E depois que a mídia fareja sangue uma ou duas vezes, ela cai em cima de qualquer palavra que possa ser mal-interpretada. Entre os erros que ocorreram, alguns deveriam ter sido evitados pela assessoria.

**NG/FH:** Qual foi o papel desempenhado pela percepção pública das diferenças entre a imagem do Steinbrück e o manifesto do SPD? O Steinbrück tinha a capacidade de personificar de maneira crível a essência do programa do partido?

**Niedermayer:** Eu não enfatizaria tanto as diferenças, porque elas não apareceram com força na discussão pública. Na verdade, sempre que o item da pauta era a justiça social o Steinbrück ia bem, por exemplo, no debate televisionado. Sempre que a questão era a justiça social, os números dele eram bons. Nas pesquisas os números dele ficaram próximos aos da Merkel antes e logo após sua indicação como candidato, o que foi depois do manifesto ter sido lançado. Isto quer dizer que a contradição não foi percebida com tanta nitidez pelo eleitorado. O Steinbrück entrou em colapso aos olhos do público quando da discussão sobre quanto ele cobrava por suas palestras, um assunto mais concreto e acessível aos eleitores. Alguém que recebe €20.000 por uma palestra de duas horas obviamente tem um problema de credibilidade para argumentar pela justiça social. Creio que a contradição se vinculou mais a esta história que ao manifesto em termos abstratos.

**NG/FH:** Estas impressões pegaram?

**Niedermayer:** Devido ao fato da história se vincular concretamente ao candidato, ela fez um estrago muito maior que o manifesto do SPD. Mas na minha opinião um dos maiores erros do SPD na campanha eleitoral foi fazer do escândalo da NSA uma questão central. Depois de três semanas, no máximo, eles deveriam ter notado que o eleitorado não estava interessado. Então o SPD desperdiçou dois meses da campanha, permanecendo completamente fora de eixo. Eles só foram fazer uma aposta inteligente no primeiro debate televisionado, com

a preocupação central da social democracia com a justiça social. Mas creio que, chegada essa hora, já era tarde demais.

Muita gente alega que a União Democrata Cristã (CDU) não conduziu uma campanha eleitoral correta. Não é verdade. A CDU conduziu uma campanha notável. Os partidos democratas cristãos cuidaram de tudo que é considerado importante pela teoria da comunicação e pelas pesquisas eleitorais. Ao invés de usar cartazes com texto em larga escala, a CDU trabalhou com imagens, comunicando sentimentos – e cartazes com imagens simplesmente tocam as emoções muito melhor que textos. Os partidos democratas cristãos enfocaram a sua principal marca desde o começo: “A Alemanha vai bem economicamente, e para isto continuar você precisa votar na gente de novo!” Foi esta a mensagem que se construiu com base no estado de espírito básico subjacente entre a ampla maioria da população.

**NG/FH:** Se o SPD tivesse sugerido antes desta eleição que caso o resultado não permitisse formar um governo SPD-Partido Verde como se aspirava, ele consideraria formar uma coalizão que incluísse o Partido da Esquerda; teriam então os três partidos de centro-esquerda obtido a maioria teórica que eles têm hoje? O que acontecerá se o SPD se reconciliar com a idéia de uma coalizão com o Partido da Esquerda? O nível de apoio para o SPD mudará significativamente se ele agora anunciar: “Estamos formando uma grande coalizão com os democratas cristãos, mas ao mesmo tempo estamos começando a ter uma atitude mais aberta com relação ao Partido da Esquerda?” O SPD ganharia ou perderia votos no cômputo geral?

**Niedermayer:** A coalizão SPD-Partido Verde mostrou-se insuficiente em termos da perspectiva de poder. Então é preciso pensar em como avançar. Creio que no médio prazo os três partidos de esquerda formarão um campo; politicamente ainda não o são. Estou convencido de que se o SPD tivesse anunciado antes da eleição que se necessário consideraria formar uma coalizão de três partidos que incluísse o Partido da Esquerda, isto teria destruído o SPD e o Partido Verde também. O problema não está em diferenças políticas entre o SPD e o Partido da Esquerda. No âmbito das políticas



sociais, financeiras e de mercado de trabalho – embora não na política externa – as diferenças são pequenas e certamente poderiam ser resolvidas pela negociação. A razão fundamental é que parte dos dirigentes, filiados e eleitores do SPD e do Partido Verde ainda não consideram o Partido da Esquerda um partido democrático normal com o qual se possa formar uma coalizão em âmbito nacional. Este rejeição é muito mais fundamental que, por exemplo, se eu dissesse que os três não podem se unir porque o Partido da Esquerda se opõe à OTAN.

**NG/FH:** O que teria que acontecer em termos reais e simbólicos para tal coalizão poder ter êxito?

**Niedermayer:** Com respeito ao Partido da Esquerda, ele precisa se livrar de sua insistência em relativizar o passado. Em vez disso, ele deveria simplesmente afirmar que se distancia de seu passado comunista. Outra questão é que o partido precisaria lidar de maneira diferente com indivíduos que têm opiniões não-democráticas. Até hoje, tais figuras têm sido toleradas. Não houve ainda um debate com elas, sob o argumento de que o Partido da Esquerda agora é um partido democrático e portanto deve tolerar opiniões diferentes e não pode simplesmente excluir tais pessoas. Mas é preciso que haja um debate interno a respeito. Enquanto o Partido da Esquerda consistir de ao menos dois partidos e o facciosismo for fortemente enraizado, tal idéia será irrealista.

**NG/FH:** Há alguma chance de que a maioria aritmética tal como existe atualmente no parlamento

puдesse ser sustentada caso houvesse declarações claramente pró-coalizão do SPD, do Partido Verde e do Partido da Esquerda?

**Niedermayer:** Sim, mas com duas condições. Primeiramente, o SPD teria que mudar de atitude quanto ao Partido da Esquerda e sinalizar uma maior disposição à conciliação. Em segundo lugar, uma futura bancada do Partido da Esquerda no Bundestag teria que ter uma ampla maioria de pragmatistas, o que na legislatura atual certamente não é o caso. O SPD teria que encontrar pontos em comum com o Partido da Esquerda, inclusive no trabalho parlamentar. Se surge uma grande coalizão, naturalmente não se pode fazer isso por meio de canais oficiais. Mas pode-se explorar maneiras de promover interesses compartilhados de modo pragmático em grupos de trabalho e por meio de relações já existentes. Também faria sentido experimentar uma coalizão como essa na prática em um dos estados ocidentais da federação. Historicamente, novas opções de coalizão sempre foram testadas primeiramente em âmbito estadual. No caso do Partido da Esquerda, poderia se demonstrar ao eleitorado que tal coalizão pode, sim, funcionar fora dos estados orientais. A mensagem seria que o Partido da Esquerda está disposto a entrar em acordos, é capaz de realizar um trabalho político expressivo, e que tal coalizão não se despedaçou de imediato novamente. Experiências reais serviriam para esclarecer quaisquer dúvidas fundamentais.

*Entrevista originalmente publicada em Neue Gesellschaft Frankfurter Hefte, 11/2013, pgs. 16-20.*



## **Autores**

**Benjamin Mikfeld** é diretor-executivo do instituto de pensamento político “Denkwerk Demokratie”, em Berlim.

**Christian Kellermann** trabalha na central do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD).

**Eckhard Jesse** é professor de ciência política da Universidade Técnica de Chemnitz, especializando-se em sistemas políticos e instituições.

**Ernst Hillebrand** chefia o Departamento Internacional de Análise de Políticas da Fundação Friedrich Ebert, em Berlim.

**Frank Decker** é professor de ciência política da Universidade de Bonn, especializando-se em governança e sistemas partidários.

**Niels Annen** é deputado do SPD e porta-voz da bancada do partido.

**Oskar Niedermayer** é professor de ciência política da Universidade Livre de Berlim, especializando-se no sistema partidário alemão.

## **Impressão**

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil  
Av. Paulista, 2011 - 13º andar, conj. 1313  
01311 -931 | São Paulo | SP | Brasil  
[www.fes.org.br](http://www.fes.org.br)

## **Responsáveis**

Yesko Quiroga e Jean Tible ([fesbrasil@fes.org.br](mailto:fesbrasil@fes.org.br))

### **Friedrich Ebert Stiftung (FES)**

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) não é permitido sem a autorização por escrito da FES.

ISBN 978-85-99138-34-2

